UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

COMUNICADO Nº 136/2025-CEV/UECE

(06 de agosto de 2025)

Dispõe sobre os pareceres dos recursos questionando o Gabarito Oficial Preliminar e os enunciados das questões da Prova Objetiva do Concurso Público para Soldado da Polícia Militar do Ceará - PMCE.

A Presidente da Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará - CEV/UECE, no uso de suas atribuições e considerando o Edital Nº 001/2025-SSPDS/ASEP-Soldado PMCE, de 02/04/2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará de 04/04/2025, que regulamenta o Concurso Público para o cargo de Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), **torna públicas** as seguintes informações.

1. As Provas Objetivas do Concurso Público para Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM - da Polícia Militar do Ceará – PMCE – foram aplicadas no dia 13 de julho de 2025.
2. Nos dias 14 e 15 de julho de 2025, período previsto no Cronograma de Eventos do Concurso, foram recebidos recursos no site do Concurso (www.cev.uece.br) questionando o Gabarito Oficial Preliminar e os enunciados das questões da Prova Objetiva do Concurso Público para Soldado da Polícia Militar do Ceará.
3. No **Anexo I** deste Comunicado constam os Gabaritos Oficiais Definitivos das Provas Objetivas do Concurso Público para Soldado da Polícia Militar do Ceará.
4. No **Anexo II** deste Comunicado constam os pareceres das bancas em resposta aos recursos referente aos enunciados das questões e gabaritos preliminares.

Fortaleza, 06 de agosto de 2025

Profa. Germana Costa Paixão
Presidente da CEV/UECE

ANEXO I DO COMUNICADO Nº 136/2025-CEV/UECE, DE 06/08/2025

Gabaritos Oficiais Definitivos das Provas Objetivas do Concurso Público para Soldado da Polícia Militar do Ceará.

GABARITO 1 – DEFINITIVO (Após Recursos)																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
D	B	E	B	C	C	A	E	X	E	C	B	D	C	A	D	C	B	C	A	D	C	E	D	D
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	A	C	B	A	D	A	C	E	C	X	C	B	B	A	C	D	E	B	D	B	D	B	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
C	E	D	B	A	B	X	B	E	D	B	D	A	C	B	C	A	E	A	C	B	B	C	C	A
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
A	C	C	B	B	D	A	B	C	B	A	E	C	A	X	A	C	D	C	B	C	D	A	A	D

GABARITO 2 – DEFINITIVO (Após Recursos)																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C	A	A	D	B	E	E	D	X	A	E	E	A	B	C	E	B	E	D	B	C	A	D	A	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	B	C	D	E	E	C	D	D	C	B	X	A	A	A	E	B	C	C	C	E	B	B	C	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	D	B	D	B	C	X	E	E	C	D	E	D	A	C	E	C	D	E	E	E	C	D	E	C
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	D	B	C	A	A	E	C	D	C	B	A	D	D	X	E	D	E	B	C	E	E	C	C	C

GABARITO 3 – DEFINITIVO (Após Recursos)																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
B	E	D	E	E	B	D	A	X	B	A	A	E	A	E	C	D	C	A	D	A	E	B	C	C
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	D	E	C	B	E	E	B	D	D	X	D	E	D	D	A	B	A	A	A	B	E	E	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
A	B	A	C	E	A	X	C	D	A	E	C	C	D	E	B	D	A	B	D	D	C	B	D	B
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C	E	A	E	C	B	D	A	B	E	E	C	B	B	X	B	A	C	C	E	D	B	D	B	A

GABARITO 4 – DEFINITIVO (Após Recursos)																								
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
E	C	B	A	D	D	C	C	X	D	D	D	C	D	D	B	A	A	B	C	E	D	C	E	B
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	E	E	A	D	C	A	C	E	A	E	X	E	D	C	C	D	E	B	E	B	C	C	A	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
B	C	E	E	D	D	X	A	E	B	C	A	B	B	A	D	B	B	D	A	C	B	E	A	D
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
D	A	D	D	E	C	C	D	E	A	D	B	E	E	X	D	B	B	B	A	B	A	E	D	E

X – Questão anulada; Os gabaritos das questões 47, 59, 72 e 94 foram alterados em relação ao gabarito preliminar.

ANEXO II DO COMUNICADO Nº 136/2025-CEV/UECE, DE 06/08/2025

Pareceres dos recursos referentes aos Gabaritos Oficiais Preliminares e/ou os enunciados das questões da Prova Objetiva, aplicada em 13/07/2025, do Concurso Público para Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM da Polícia Militar do Ceará - PMCE.

Língua Portuguesa (questões 1 a 12)

Questão 1 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 1 aborda leitura, interpretação e compreensão de textos, previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a identificação do tema central do texto. Como tema central, entende-se aquele a respeito do qual o texto é construído e sobre o qual as discussões são enfocadas. Distingue-se, portanto, dos temas secundários na medida em que estes podem ser abordados no texto – e, normalmente, o são – sem que representem, no entanto, o aspecto principal do texto. Esses temas secundários são, dessa forma, aqueles utilizados para dar suporte ao tema central.

Considerando as alternativas da questão 1, a resposta é aquela que contém "a relação entre o aumento da incidência de doenças preveníveis por meio da vacinação e o negacionismo da ciência.". Essa percepção é corroborada pelo título do texto – Negacionismo científico influencia no aumento de doenças evitáveis por vacina no mundo – e pela própria construção argumentativa, que se organiza em torno de uma sequência que envolve perspectiva histórica em relação à importância das vacinas na erradicação de doenças, a discussão sobre o recente aumento do número de casos de doenças evitáveis por vacina e a importância da vacinação. As demais alternativas são incorretas pelos motivos expostos a seguir.

Em "as estatísticas mundiais sobre as doenças que podem ser prevenidas ou tratadas por meio da vacinação.", observa-se interpretação restritiva do texto, uma vez que as estatísticas em relação ao Brasil e a outros países do mundo não representam a ideia central, mas um argumento secundário que visa ao suporte do tema principal.

Já em "o negacionismo, como uma atitude geral da sociedade que impacta em diversos setores, a exemplo do meio ambiente.", representa extrapolação textual, uma vez que não se aborda, no texto, outros vieses do negacionismo.

Também a alternativa que contém "a dificuldade de acesso à saúde pública por parte da população de localidades afastadas dos centros urbanos" é fruto de interpretação extrapolada do texto, tendo em vista que esse aspecto não é abordado na argumentação. Ao contrário, destaca-se o aspecto coletivo da vacinação como estratégia de imunização.

Por fim, a alternativa que contém "as causas das doenças que mais acometem os brasileiros e suas formas de tratamento no contexto da saúde pública.", não há margem, no texto, para aferir sua veracidade, tendo em vista que não há indícios de que as doenças preveníveis pela vacinação sejam as que mais acometem os brasileiros ou, mesmo, seu tratamento. O foco reside na prevenção.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "a relação entre o aumento da incidência de doenças preveníveis por meio da vacinação e o negacionismo da ciência". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 2 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 2 aborda os temas relacionados à leitura, compreensão e interpretação de textos, previstos no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação dos argumentos elencados no parágrafo introdutório do texto. A seguir, a banca analisa o trecho.

"Nas últimas décadas, o avanço da medicina levou à erradicação de algumas doenças mundiais. A criação de vacinas e de tratamentos eficazes permitiram esse avanço na saúde. Entretanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de casos de doenças evitáveis por vacina, como difteria, sarampo e meningite, tem aumentado recentemente."

Observa-se que o parágrafo se caracteriza como uma estratégia de encapsulamento do texto como um todo, organizando-se em torno de três argumentos principais: o de que a medicina avançou, o de que as vacinas representam um dos mais importantes desses avanços e o de que, apesar desse avanço, houve recentemente o aumento do número de doenças evitáveis por vacina.

A opção que contém o texto "O argumento central do parágrafo é organizado em torno de um fato positivo: o de que a medicina avançou. A partir desse fato, decorre o segundo e último argumento, de que as vacinas são uma das causas para esse fato." não contempla os três argumentos principais, mas apenas o primeiro. Ela está errada porque o trecho "o segundo e último argumento" indica a existência de apenas dois argumentos nesse parágrafo, quando, na verdade, são três.

Na opção que contém o texto "A vacina é abordada como um aspecto secundário, uma vez que o avanço da medicina, a partir da contribuição de outras áreas, é o eixo estruturante de todo o texto e, portanto, do primeiro parágrafo.", observa-se incorreção na medida em que o eixo estruturante do texto é o avanço da medicina com foco nas vacinas, e não na contribuição de outras áreas.

Já na opção que apresenta o texto "A introdução representa um aspecto isolado do texto I, uma vez que, a partir dela, não é possível realizar inferências coerentes sobre os aspectos que serão tratados ao longo do texto." também não é correta porque a introdução é uma parte conectada a todo o texto, que permite ao leitor realizar previsões, inferências e até conclusões sobre seu conteúdo.

De maneira semelhante, a opção que contém o texto "Por se tratar de uma matéria jornalística, o parágrafo introdutório não sugere as informações que serão tratadas ao longo do texto, porque buscam capturar a atenção do leitor." também é incorreta, já que o primeiro parágrafo de textos jornalísticos normalmente oferece um panorama do texto que será discutido, como acontece no trecho analisado.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "Três argumentos principais são os pilares para a estrutura da introdução, quais sejam, os avanços da medicina, a vacinação como um dos mais importantes e, apesar disso, o aumento de doenças evitáveis por ela.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 3 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 3 aborda a análise de fenômenos da referenciação, contemplado no tema articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais, previstos no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação do referente ao qual a expressão destacada se relaciona.

O trecho em análise é "As causas desse crescimento são diversas e variam de acordo com a localidade.", e, para a resposta, o candidato deve compreender o referente do crescimento, retornando ao texto, inclusive. Com esse procedimento, observa-se que o trecho destacado se refere à informação veiculada no parágrafo imediatamente anterior, qual seja, a de que os números de doenças evitáveis por vacina no mundo têm aumentado. Essa percepção é corroborada pela discussão empreendida nos trechos seguintes, que reportam uma justificativa para o aumento de doenças evitáveis por vacina, com argumento do professor da USP, Gonzalo Vecina Neto. Portanto, a alternativa correta é a que apresenta o texto "Entretanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de casos de doenças evitáveis por vacina, como difteria, sarampo e meningite, tem aumentado recentemente.".

A opção que apresenta o trecho "A criação de vacinas e de tratamentos eficazes permitiram esse avanço na saúde." está incorreta porque não apresenta referente relacionado à expressão destacada no enunciado, uma vez que se trata de criação de vacinas e de tratamentos, e não do aumento de um fenômeno.

A opção que contém o trecho "A vacinação é essencial e representa, além de atitude individual, um ato coletivo, segundo o professor Gonzalo Vecina Neto." também é errada porque trata da vacinação, e não do crescimento de um fenômeno.

Já a opção que apresenta o trecho "Nas últimas décadas, o avanço da medicina levou à erradicação de algumas doenças mundiais.", embora trate de um avanço, não se trata do referente temático do trecho em análise, que se refere-se ao crescimento dos números de doenças evitáveis por vacina.

Ainda, a opção que contém o título do texto, qual seja, "Negacionismo científico influencia no aumento de doenças evitáveis por vacina no mundo" também está equivocada, pois não reflete o aumento de um fenômeno ou o crescimento dos números de doenças.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "Entretanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de casos de doenças evitáveis por vacina, como difteria, sarampo e meningite, tem aumentado recentemente.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 4 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 4 aborda a significação contextual de palavras e expressões, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação dos sentidos das palavras destacadas nos trechos "Nas últimas décadas, o avanço da medicina levou à erradicação de algumas doenças mundiais." e "Porém, os dados apresentados demonstram o retrocesso recente nos avanços da medicina.".

A palavra "erradicação" significa "aniquilar", "destruir", "eliminar". Quando se trata de uma doença, a erradicação corresponde à sua eliminação, sua extinção no mundo inteiro. "Retrocesso", por sua vez, significa um recuo, o retorno a um estado anterior. A partir dessa compreensão, analisam-se as opções.

A opção que contém o texto "diminuição e regresso" está errada, uma vez que a erradicação corresponde à eliminação completa, e não à redução.

A opção que contém o texto "extinção e retrocedimento" está correta, tendo em vista sua correspondência lexical e contextual com as palavras em análise.

Na opção que apresenta o texto "suavização e recuo", há erro, já que a primeira palavra não corresponde à erradicação.

Na opção que contém o texto "simplificação e retorno", também há erro, uma vez que a erradicação é a extinção, e não a simplificação; "retrocesso" também não corresponde contextualmente a "retorno".

Na opção que contém o texto "decadência e ocaso", as duas palavras não correspondem lexical e contextualmente aos termos em análise, uma vez que a primeira significa uma regressão, e a segunda, o declínio.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "extinção e retrocedimento". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 5 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 5 aborda a estrutura e formação de palavras, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a análise de assertivas sobre os processos de formação de palavras. A seguir, a banca analisa as assertivas.

A assertiva I está correta, uma vez que "campanhista" e "atualmente" são palavras formadas por derivação sufixal, com os acréscimos dos sufixos "-ista" e "-mente", respectivamente.

A assertiva II está incorreta porque a adição do prefixo "in-" na palavra "inverdade" tem repercussões tanto morfossintáticas quanto semânticas, já que o próprio significado da palavra muda.

A assertiva III está incorreta porque o prefixo "des-" não indica o tempo verbal, mas promove a mudança de significado da palavra.

A assertiva IV está correta porque o uso da expressão "fake news" representa empréstimo linguístico do inglês, sem que haja adaptação da escrita, a exemplo do que ocorre em leiaute (layout).

Estão corretas, portanto, as assertivas I e IV.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "I e IV". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 6 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 4 aborda a regência nominal e verbal, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a identificação do enunciado em que os aspectos de regência, seja nominal, seja verbal, estão corretos. Saliente-se que as regências nominal e verbal são objeto de análise de toda a questão, e não de cada opção, de modo que não é obrigatório que haja erro ou correção de ambos os aspectos simultaneamente. A seguir, a banca analisa cada opção.

A opção que apresenta o texto "Segundo o professor Gonzalo Vecina Neto, a assistência de saúde a população passa necessariamente pelo cuidado com a imunização." está incorreta porque apresenta um erro de regência nominal que se manifesta na ausência de sinal indicativo de crase.

A opção que apresenta o texto "O dever dos municípios é informar o gestor da Saúde os dados relacionados às metas de vacinação infantil." também está incorreta, uma vez que o verbo "informar" é transitivo direto e indireto, exigindo, portanto, um objeto direto e um indireto, este último precedido de preposição. No exemplo, o objeto indireto não é precedido de preposição, o que se configura como erro de regência.

Na opção que contém o texto "De acordo com a orientação da autoridade de saúde, deve-se proceder à vacinação.", todos os aspectos de regência verbal e nominal estão corretos.

Na opção que apresenta o texto "As vacinas são estratégias coletivas, isto é, de responsabilidade de toda a população e beneficia à ela de forma geral.", há erro de aplicação do acento indicativo de crase antes de pronome pessoal do caso reto, caracterizando-se como erro de regência.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "De acordo com a orientação da autoridade de saúde, deve-se proceder à vacinação.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de alteração do gabarito e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 7 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 7 aborda a acentuação gráfica, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação da palavra que é acentuada pela mesma regra de "saúde".

A palavra "saúde" tem sua acentuação justificada por conter um hiato entre "a" e "u", e a última letra é acentuada. Acentuam-se as vogais "i" ou "u" tônicas, quando formam hiato com a vogal anterior, seguidas ou não de "s". É o caso de "saída", "baú", "raízes" etc. A seguir, a banca analisa as opções da questão.

As palavras "científico" e "climáticas" são acentuadas por se classificarem como proparoxítona, e todas as proparoxítonas são acentuadas.

Já a palavra "cenário" é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo.

A palavra "além" tem sua acentuação justificada por ser oxítona terminada em "-em".

A palavra "contribuído", por sua vez, tem sua acentuação pela mesma regra de "saúde", isto é, por ter hiato terminado em "-i".

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "contribuído". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 8 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 8 aborda pontuação, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação da função dos dois-pontos empregados no trecho "Segundo o docente, atualmente existem duas formas de vacinação adotadas pelas nações: a puericultura e o modelo campanhista.".

Os dois-pontos são empregados após uma afirmação geral ("existem duas formas de vacinação") e introduzem especificamente quais são essas formas ("a puericultura e o modelo campanhista"). Dessa forma, esse sinal é utilizado para especificar uma enumeração.

Os dois-pontos não antecedem uma citação direta, não indicam justificativa para nenhuma causa, não apontam uma expressão resumitiva nem assinalam um realce. Todas as opções que apresentam esses textos estão, assim, incorretas.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "especificar uma enumeração". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 9 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 9 aborda a classificação das orações em coordenadas e subordinadas, tópico de Sintaxe: processos de coordenação e subordinação, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a análise de assertivas relacionadas à análise sintática e à construção dos períodos. A banca analisa o trecho a seguir.

"Quando tratamos de inverdades a respeito da vacina, isso pode colocar a vida de pessoas em risco. Nós estamos vivendo em um mundo em transformação, com alta carga de informações compartilhadas. É um mundo onde nós estamos tendo acesso a uma forma muito violenta à informação sem regras."

O primeiro período é composto por subordinação e apresenta uma oração subordinada adverbial temporal ("Quando tratamos de inverdades a respeito da vacina"). O segundo período é composto por coordenação, uma vez que há oração coordenada reduzida de particípio, recorrentemente utilizada para expressar simultaneidade de ações, como é o exemplo. São, assim, orações justapostas com verbo elíptico. O terceiro período, por sua vez, é composto por subordinação, uma vez que há oração subordinada adjetiva restritiva ("onde nós estamos tendo acesso a uma forma muito violenta à informação sem regras").

A seguir, a banca analisa as assertivas.

Na assertiva I, há erro porque não são três períodos compostos por coordenação, mas um por coordenação e dois por subordinação.

A assertiva II está correta, porque a oração "Quando tratamos de inverdades a respeito da vacina" classifica-se como adverbial temporal.

A assertiva III está incorreta porque o segundo período é simples.

Na assertiva IV, há erro porque o sujeito da primeira oração ("Nós") refere-se a toda a sociedade, e não a pesquisadores da USP.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item. No entanto, não há alternativa correta. Recomenda-se, portanto, a anulação da questão.

Conclusão da Banca: Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

Questão 10 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 10 aborda os temas relacionados à sintaxe (processos de coordenação e subordinação) e às funções das classes de palavras, previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a correta identificação das funções sintáticas dos termos em destaque. A seguir, a banca analisa cada trecho.

Em "Quando você protege mais de 70% da população", o termo em destaque refere-se ao predicado da oração, cujo núcleo verbal é representado por "proteger". É tudo aquilo que se refere ao sujeito (desinencial, "você") e que estabelece, com ele, uma relação essencial à própria construção oracional. Assim, o número da coluna é 4.

Em "[...] por alguma razão, o agente infeccioso não consegue encontrar suscetíveis.", o termo destacado classifica-se como adjunto adverbial de causa, uma vez que expressa a causa ou o motivo, mesmo que não detalhado, da ocorrência expressa pelo verbo. Trata-se, assim, da circunstância verbal. O número da coluna correspondente é, portanto, 3.

Em "[...] as vacinas são essenciais para mudar o cenário atual.", o termo em destaque é predicativo do sujeito, pois, representando o núcleo do predicado nominal, expressa uma característica do sujeito ("vacinas") por meio do verbo copulativo (ou de ligação) "ser". O número da coluna é, assim, 2.

Em "Então, a proteção da sociedade protege a todos.", o termo em destaque classifica-se como objeto direto, pois complementa sintaticamente o verbo transitivo direto "proteger". O objeto direto está, nessa ocorrência, preposicionado, o que, segundo Bechara (2009), ocorre por razões de ênfase e de estilo, especialmente diante de pronomes indefinidos, como é o caso de "todos". Dessa forma, é exigido, do candidato, o conhecimento sobre a transitividade verbal e sobre a existência de objetos diretos preposicionados. O número da coluna é 1.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "4, 3, 2, 1". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 11 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 11 aborda a correção formal e semântica de enunciados, que se relaciona a flexão nominal e verbal e ortografia oficial, conteúdos previstos no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a identificação da alternativa que contém a frase corretamente escrita em relação aos aspectos formal e semântico. A seguir, a banca analisa as opções.

A opção que contém o texto "No site da Prefeitura, a sessão sobre Saúde indica dados relevantes sobre a vacinação.", há erro no emprego da palavra "sessão", que significa um período de tempo, mas que, no contexto, deveria significar uma divisão. Dessa forma, o correto seria "seção".

A opção que contém o texto "A vacinação é uma estratégia coletiva para previnir questões que possam se tornar mais complexas posteriormente.", há erro no uso da palavra "previnir", uma vez que o correto seria "prevenir", significando o ato de realizar prevenção.

A opção que contém o texto "A análise da conjuntura de saúde deve sempre preceder qualquer decisão que envolva a população." não apresenta erros ou inadequações formais ou semânticas.

A opção que contém o texto "Todas as pessoas que vacinaram-se constroem uma barreira de proteção para aquelas que, porventura, não possam fazer isso." apresenta erro de colocação pronominal, uma vez que o pronome relativo (que) se configura como palavra atrativa para a próclise.

A opção que contém o texto "Em 2025 construíram-se um cenário de preocupação em torno da imunização em virtude do negacionismo científico." Apresenta erro de colocação pronominal, uma vez que o advérbio não isolado por vírgula se configura como palavra atrativa para a próclise. Além disso, há erro de concordância verbal entre o verbo "construíram-se" (no plural) e sujeito (um cenário de preocupação em torno da imunização).

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "A análise da conjuntura de saúde deve sempre preceder qualquer decisão que envolva a população.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 12 (Língua Portuguesa):

Fundamentação da Banca: A questão 4 aborda o emprego de tempos e modos verbais, conteúdo previsto no anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, a análise dos tempos verbais empregados no trecho a seguir.

"O Brasil adota1, desde 1975, o modelo campanhista de vacinação. Até 2015, as campanhas atingiram2 cerca de 95% de cobertura vacinal da população. Contudo, após a pandemia, casos de enfermidades como a meningite voltaram3 a subir4."

A opção que apresenta o texto "O primeiro verbo é empregado com o sentido de uma ação que inicia e permanece no presente. Já os outros três verbos indicam ações finalizadas ainda no passado sem repercussões para o presente." está errada, uma vez que todos os verbos analisados têm repercussão para o presente.

A opção que apresenta o texto "O primeiro verbo indica o presente histórico de permanência e continuidade; o segundo indica ação concluída no passado, e os dois últimos compõem uma locução verbal que representa uma ação no passado." está correta em relação aos sentidos veiculados.

A opção que contém o texto "Os quatro verbos destacados representam ações concluídas no passado. Embora o primeiro esteja no presente, trata-se de um recurso jornalístico para manter a aparente imparcialidade na linguagem." está errada porque o primeiro verbo indica presente histórico, com repercussões para o presente; o terceiro e o quarto verbos têm sentido de atualidade, embora conjugados no passado.

A opção que apresenta o texto "Os dois primeiros verbos remetem ao presente histórico, enquanto os dois últimos tratam de ações iniciadas e concluídas no passado, todos com repercussão para o presente." está errada porque os dois últimos verbos, embora conjugados no passado, têm apresentam sentido de repercussões para o presente.

A opção que apresenta o texto "Os quatro verbos destacados indicam o presente histórico, o que é corroborado pela abordagem do texto, que discute um problema atual da sociedade." está errada porque apenas o primeiro verbo está no presente histórico.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "O primeiro verbo indica o presente histórico de permanência e continuidade; o segundo indica ação concluída no passado, e os dois últimos compõem uma locução verbal que

representa uma ação no passado.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Raciocínio Lógico (questões 13 a 22)

Questão 13 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 13 focaliza um grupo de 30 policiais, constituído para realizar um trabalho conjunto em 03 estados do Nordeste, com os integrantes do grupo distribuídos em 03 subgrupos menores segundo regras e condições expostas no texto em questão. Trata, portanto, de um "conjunto de 30 pessoas" com as condições fixadas para a distribuição de seus 30 elementos em "03 subconjuntos com 21 elementos cada". O conteúdo da questão 13 está, então, contemplado nos Itens "1. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios" e "4. Operações com conjuntos", indicados no conteúdo programático do Edital do Concurso.

A questão 13 solicita a obtenção do número "n" de policiais que atuariam nos 03 subgrupos, simultaneamente.

A interpretação e a análise da situação abordada na questão 13 estão abrigadas no Item "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações". A resolução desta questão inclui cálculos aritméticos lógicos, básicos e elementares, abrigados no Item "5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais".

Atente para a seguinte resolução:

- sejam os conjuntos T com os seus 30 elementos (policiais); M, P e Q os subconjuntos de T com 21 elementos tais que o número de elementos do conjunto MuPuQ é igual a 30 e n é o número de elementos de M∩P∩Q;
- não existe elemento de T que pertence a único dos 3 subconjuntos M, P e Q;
- sejam x, y e z os números de elementos dos subconjuntos M∩P, M∩Q e P∩Q (respectivamente) que não pertencem a M∩P∩Q;
- tem-se, então, os cálculos $x + y + z + n = 30$ e $x + y + n = x + z + n = y + z + n = 21$; da tripla igualdade tem-se $2(x + y + z + n) + n = 63$ e, como $x + y + z + n = 30$, conclui-se com um simples cálculo aritmético que n é igual a 3.

A opção correta firmada no Gabarito da Prova é, pois, aquela que indica a resposta "n=3".

Ratifica-se que o conteúdo da questão 13 está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado é claro e sem ambiguidades ou imprecisões, e que está disponibilizada exatamente uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 13 e a manutenção do Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 14 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 14 trata de verificar o nível de interpretação, compreensão e análise de uma afirmação que pode ser inserida em uma argumentação dissertativa corrente e usual, em linguagem simples e direta.

A afirmação considerada correta que é firmada na questão é a seguinte:

"Não é verdade: Alfredo é economista e Manfredo é contador".

Com base nesta afirmação, são expostos na Questão os seguintes entendimentos conclusivos, indicados para que o candidato verifique quais são os corretos ou incorretos:

i. "É verdade: se Alfredo não é economista, então Manfredo não é contador", exclusivamente;
ii. "É verdade: Alfredo não é economista e Manfredo não é contador";
iii. "É verdade: se Alfredo é economista, então Manfredo não é contador";
iv. "É verdade: Alfredo não é economista ou Manfredo não é contador";
v. "É verdade: Alfredo é economista ou Manfredo não é contador", exclusivamente.

A questão 14 está formulada dentro dos padrões de clareza e objetividade esperados, não contendo imprecisões, incorreções ou ambiguidades. Além disso, constata-se que a abordagem da questão abriga-se nos itens "1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios", "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações" e "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos"

Desenvolvimento da análise e resolução da questão:

a) A interpretação/compreensão da afirmação inicial, considerada correta, conduz à conclusão de que uma das três circunstâncias seguintes pode ocorrer:
   - Alfredo não é economista e Manfredo é contador;
   - Alfredo é economista e Manfredo não é contador;
   - Alfredo não é economista e Manfredo não é contador
b) A conclusão desta tríplice situação é decorrente da forma clara e correta do usual emprego da conexão aditiva e adversativa "e" reunindo duas informações em uma frase e da simples e direta negação vernacular de uma afirmação (frase);
c) Diante das situações possíveis supracitadas, verifica-se que entre as indicações conclusivas apresentadas na questão, aquelas corretas são III e IV e as demais são incorretas.

d) Portanto, a alternativa de resposta para a questão 14 corresponde a 2 indicações conclusivas corretas.

Diante do exposto, constata-se que a interpretação/compreensão, a análise e a resolução da Questão estão também abrigadas nos Itens "1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios", "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações" e "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos".

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Manifestação: recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 14 e a manutenção do Gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 15 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 15 focaliza informações sobre a ocorrência de chuvas em diversos municípios do Estado do Ceará e busca verificar a capacidade de compreensão e entendimento de um texto que se refere a um tema cotidiano do cidadão nordestino. As informações apresentadas, de cunho considerado verídico, após interpretação e análise, conduzem a uma conclusão correta, cuja identificação é solicitada ao candidato.

O enunciado, as interpretações, análise e resolução da Questão 15 estão contemplados nos Itens "1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios", "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações" e "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos" do conteúdo programático constante no Edital do Concurso.

As informações (afirmações verdadeiras) firmadas no enunciado da questão 15 são as seguintes:

i. Se chover em Nova Russas, então chove em Crateús;
ii. Se chover em Crateús, então chove em Tauá;
iii. Se chover em Tauá, então chove em Iguatu;
iv. Se chover em Iguatu, então chove em Nova Russas.

Interpretação, análise e resolução da questão 15:

• examinando as informações e seguindo a ordem sequencial i, ii, iii, iv, i, verifica-se que " se chover em alguma das cidades, então choverá nas demais";

• examinando as informações e seguindo a ordem sequencial iv, iii, ii, i, iv , verifica-se que " se não chover em alguma das cidades, então não choverá nas demais ";

• diante das duas verificações observadas, é possível examinar e concluir diretamente qual das afirmações indicadas entre as alternativas apresentadas na questão é correta e quais são as incorretas;

• a única afirmação conclusiva que é correta é "se não chover em Novas Russas, então não chove em Tauá".

Constata-se que a questão 15 requer do candidato a compreensão/entendimento de uma situação cotidiana apresentada em linguagem simples e objetiva, seguindo uma ordem sequencial lógica bem direta no exame das informações (afirmações consideradas verdadeiras), sempre de acordo com o conteúdo programático constante no Edital do Concurso. Assim, o raciocínio lógico argumentativo, simples e direto, conduz o candidato à resolução da Questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Ratifica-se, portanto, que a questão 15 está bem elaborada - de forma clara, objetiva e direta - , sem imprecisões e/ou ambiguidades, estando plenamente enquadrada no conteúdo programático e demais disposições expressas no Edital do Concurso.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 15 e a manutenção do Gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 16 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 16 trata do Raciocínio Lógico Matemático envolvido em uma coleção ordenada de números inteiros positivos. São apresentados os 08 primeiros números de uma coleção e é perguntado qual é o nonagésimo número desta coleção. A coleção numérica apresentada na questão é a seguinte: 2, 5, 9, 19, 37, 75, 149, 299, ... Verifica-se que o enunciado da questão é simples, claro, direto, objetivo e não contém imprecisões, incorreções ou ambiguidades.

O conteúdo da questão 16 é abrigado nos itens "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos" e "5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais".

Interpretação, desenvolvimento e resolução da questão:

• a estrutura lógica específica da coleção apresentada na questão é identificada como a seguir descrita: 2 é o primeiro número, 5 = 2 . 2 + 1 é o segundo número, 9 = 2 . 5 – 1 é o terceiro número, 19 = 2 . 9 + 1 é o quarto número, 37 = 2 . 19 – 1 é o quinto número, 75 = 2 . 37 + 1 é o sexto número, 149 = 2 . 75 – 1 é o sétimo número, 299 = 2 . 149 + 1 é o oitavo número, ...;

• seguindo a estrutura lógica identificada, o nonagésimo número é 2.299 – 1 = 597.

• a alternativa que apresenta a solução para a questão 16 é aquela que aponta o número 597.

Observa-se que a interpretação, o desenvolvimento e a resolução estão abrigados também nos itens "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação

de conceitos, discriminação de elementos“ e “5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático firmado no Edital do Concurso.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Recomenda-se, então, o indeferimento de todos os Recursos referentes à questão 16 e a manutenção do Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 17 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 17 focaliza um grupo de 05 candidatos (isto é, um conjunto com 05 elementos) aprovados com igual classificação em um Concurso para a ocupação de 03 vagas. A situação aborda e objetiva a identificação e quantificação dos subgrupos de 03 candidatos (isto é, de subconjuntos de 03 elementos do conjunto inicial).

O conteúdo da questão 17 está contemplado nos itens “1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios”, “2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações” e “4. Operações com conjuntos”.

A interpretação e análise da situação abordada na questão 17 estão abrigadas nos Itens “3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos“ e “4. Operações com conjuntos”.

A resolução desta questão inclui a identificação dos subconjuntos de 03 elementos e a verificação de sua quantidade, abrigada nos conteúdos dos itens “4. Operações com conjuntos” e “5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais”.

Apresenta-se abaixo a resolução da questão 17:

• os 05 candidatos aprovados e em igualdade de condições classificatórias podem ser representados pelas letras a, b, c, d, e, constituindo o conjunto de 05 elementos K = {a, b, c, d, e};

• os subconjuntos de K que possuem 03 elementos são {a, b, c}, {a, b, d}, {a, b, e}, {b, c, d},

{b, c, e}, {b, d, e}, {a, c, d}, {a, c, e}, {a, d, e} e {c, d, e}, totalizando, exatamente os 10 subconjuntos de K que possuem 03 elementos;

• conclusão: do grupo inicial de 05 candidatos aprovados em igualdade de classificação existem 10 possibilidades de convocar 03 destes concorrentes.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 17 e a manutenção do Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 18 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 18 apresenta os 2 conjuntos numéricos X = { 2, 3, 5, 6 } e Y = { 10, 11, 12 ,.., 99, 100 } e indaga quantos pares numéricos (x, y) existem satisfazendo as condições x € X, y € Y e x divide y. Trata-se de uma abordagem simples e direta, envolvendo poucos números inteiros positivos e a operação “divisão” entre eles. Assim, é evidenciada a adequação do conteúdo da questão ao conteúdo programático firmado no Edital do Concurso, estando a Questão abrigada em todos os Itens 1., 2., 3., 4 e 5 do segmento RACIOCÍNIO LÓGICO.

Interpretação, desenvolvimento e resolução da questão

• como x € X = {2, 3, 5, 6} tem-se que x pode ser um dos números 2, 3, 5 ou 6;

• como Y = {10, 11, 12, ... 99, 100} tem-se que y pode ser 10, 11, 12,... 99 ou 100.

• Como é exigida a condição “x divide exatamente y”, para cada valor de x, deverão ser identificados e quantificados os valores de y que satisfazem à seguinte condição:

i. para x = 2, y pode ser 10, 12, 14, ..., 98 ou 100, num total de 46 valores (isto é, os 46 números pares de 10 até 100);
ii. para x = 3, y pode ser 12, 15, 18, ..., 26 ou 99, num total de 30 valores (isto é, os 30 números de 12 a 99 que são múltiplos de 3);
iii. para x = 5, y pode ser 10, 15, 20, ..., 95 ou 100, num total de 19 valores (isto é, os 19 números múltiplos de 5 situados de 10 a 100);
iv. para x = 6, y pode ser 12, 18, 24, ..., 90 ou 96, num total de 15 valores (isto é, todos os 15 números múltiplos de 6 situados de 12 a 96;

• assim, os pares (2, 10), (2, 12), ..., (2, 100) são 46, os pares (3, 12), (3, 15) ..., (3, 99) são 30, os pares (5, 10), (5, 15), ..., (5, 100) são 19 e os pares (6, 12), (6, 18), ..., (6, 96) são 15;

• Logo, o total dos pares (x, y) que se enquadram no enunciado da questão é 46 + 30 + 19 + 15 = 110.

Constata-se, diante do exposto, que a interpretação, o desenvolvimento e a resolução da questão estão abrigados integralmente nos Itens do conteúdo programático firmado no Edital do Concurso.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão.

Recomenda-se o Indeferimento de todos os recursos referentes à questão 18 e a manutenção do Gabarito Preliminar apresentado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 19 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A questão 19 analisa o posicionamento de 05 estabelecimentos comerciais e de serviços, localizados em uma Quadra de certa Rua em Fortaleza. Os estabelecimentos são; padaria, sapataria, farmácia, posto de gasolina e barbearia. Os estabelecimentos são sequencialmente localizados de acordo as 03 informações descritas na Questão, a saber:

i. A barbearia situa-se entre a sapataria e a padaria;

ii. A farmácia e a padaria são vizinhas;

iii. O posto de combustível não é vizinho da barbearia nem da farmácia;

Nas alternativas de resposta da questão são colocadas afirmações referentes ao posicionamento dos estabelecimentos, sendo solicitada ao candidato a indicação da única afirmação que é correta. As alternativas são:

A. Sapataria e farmácia são os estabelecimentos mais afastados;

B. O posto de combustível e a padaria são os estabelecimentos mais afastados;

C. A barbearia e a farmácia são vizinhas;

D. O posto tem apenas um vizinho;

E. A padaria tem apenas um vizinho.

A questão 19 está formulada de maneira objetiva, direta e clara, sem imprecisões ou ambiguidades e é abrigada nos itens "1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios", "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações" e "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos".

Interpretação, desenvolvimento e resolução da questão:

a) A partir da informação (i), são possíveis os seguintes posicionamentos: sapataria – barbearia – padaria ou padaria – barbearia – sapataria;

b) Diante da informação (ii) e da conclusão anterior são possíveis os seguintes posicionamentos: sapataria – barbearia – padaria – farmácia ou farmácia – padaria – barbearia – sapataria;

c) Tendo em vista o que está informado em (iii) são possíveis os seguintes posicionamentos: posto – sapataria – barbearia – padaria – farmácia ou farmácia – padaria – barbearia – sapataria – posto; estes 02 posicionamentos finais possíveis conduzem a resposta da questão;

d) A única alternativa correta é "o posto tem apenas um vizinho".

Constata-se, então, que a Interpretação, o Desenvolvimento e a Resolução da questão estão plenamente abrigadas nos itens "1." "2." e "3." do conteúdo programático firmado no Edital do Concurso.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a Questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na Questão também são improcedentes.

Diante do exposto, entende-se como improcedentes todos os Recursos, os quais solicitam Anulação da Questão 19 ou alteração do Gabarito.

Manifestação: recomenda-se o indeferimento de todos os recursos referentes à questão 19 e a sua manutenção acompanhada da resposta como enunciada no Gabarito Preliminar apresentado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 20 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca:

A Questão 20 trata da verificação do nível de compreensão e análise de uma situação corrente e cotidiana nas vidas de 03 pessoas. O texto da Questão apresenta dados sobre as compras efetuadas pelas pessoas, relativos às características dos produtos adquiridos, seus respectivos preços e quantidades e os valores pagos por cada pessoa referentes a sua compra individual.

Os dados apresentados e a resposta quantitativa solicitada na Questão são:

- Carmen, Heitor e Joana compraram arroz, feijão e farinha, com as mesmas marcas, características e com os mesmos preços individuais de venda, respectivamente;
- Carmen comprou 3 kg de feijão, 4 Kg de arroz, 2 Kg de farinha e pagou R$ 73,50; Heitor comprou 3 Kg de feijão, 5 Kg de arroz, 2 Kg de farinha e pagou R$ 81,00; Joana comprou 3 Kg de feijão, 3 Kg de arroz, 3 Kg de farinha e pagou R$ 57,0;
- A pergunta é a seguinte: "qual é o resultado da soma dos preços individuais (por quilo) dos produtos comprados?"

A Questão 20 está contextualizada no conteúdo programático constante no edital do Concurso, abrigada nos Itens "1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios", "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações", "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos" e "5. "Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais".

Resolução da Questão:

- como Carmen e Heitor compraram as mesmas quantidades de feijão e farinha conclui-se que o quilo a mais de arroz comprado por Heitor custou R$ 81,00 - R$ 73,50 = R$ 7,50 = y;
- com a informação do preço do quilo de arroz verifica-se que Heitor pagou por 3 kg de feijão mais 2 kg de farinha o valor de R$ 81,00 – 5. 7,50 = R$ 43,50 e que Joana pagou por 3Kg de feijão mais 1 Kg de farinha o valor de R$ 57,00 0 3. R$ 7,50 = R$ 34,50; desta forma, conclui-se que o quilo a mais de farinha adquirido por Heitor custou R$ 43,50 – R$34,50 = R$ 9,00 = z;
- assim, os 3 kg de feijão comprados por Joana custaram R$ 57,00 – 3. R$ 7,50 – R$ 9,00 = R$ 57,00 – R$ 31,50 – 3. R$ 7,50 – 1. R$ 9,00 = R$ 57,00 – R$ 31,50 = R$ 25,50, ou seja, um quilo de feijão custou (R$ 25,50) ÷ 3 = R$ 8,50 = x;
- a soma dos preços individualizados (por quilo) dos 3 produtos é igual a x + y + z = R$ 8,50 + R$ 7,50 + R$ 9,00 = R$ 25,00 (resposta da questão).

A resolução da Questão, como aqui exibida, incluindo compreensão, encaminhamento e cálculos aritméticos, está completamente abrigada nos Itens "2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações" e "3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial,

orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos“ e “5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais”.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na Questão também são improcedentes.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 20 e a manutenção do Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 21 (Raciocínio Lógico):

A Questão 21 apresenta um texto jornalístico que aponta dados numéricos referentes às Declarações anuais de ajuste de Imposto de Renda, relativos aos anos de 2025 e 2024 e divulgados pela Receita Federal do Brasil. Os dados são restritos à entrega da Declaração no prazo firmado pela Legislação e a uma análise numérica (comparativa) entre eles. São solicitados ao candidato a interpretação, a análise e o exame da correção, ou não, de algumas conclusões referentes aos dados.

Os dados numéricos constantes na questão são:

- em 2025, foram entregues 43.344.108 Declarações; a estimativa previa a entrega de 46,2 milhões de Declarações; o número total das entregues neste ano corresponde a um acréscimo de 0,08% em comparação com o número das entregas em 2024;
- em 2024 foram entregues 43.310.900 Declarações.

As alternativas de resposta para esta Questão, a seguir transcritas, são colocadas para o candidato identificar e indicar a única afirmativa correta:

- O percentual de 0,08% corresponde a um número de contribuintes que é menor do que 33 mil;
- O percentual de 0,08% corresponde a um número de contribuintes que fica entre 33 mil e 35 mil (aproximadamente);
- O percentual de 0,08% corresponde a um número de contribuintes maior do que 35 mil;
- A previsão indicava um possível acréscimo de 8% de declarações entregues a Receita Federal;
- A previsão indicava um possível acréscimo de mais de 8% de declarações entregues a Receita Federal.

Interpretação, desenvolvimento e resolução da questão:

(i) O acréscimo das entregas de Declaração de 2025 em relação a 2024, correspondente a 0,08%, foi de 43.344.108 (dado de 2025) – 43.310.900 (dado de 2024) = 33.208 Declarações;

(ii) Como a previsão de entrega em 2025 era de 46,2 milhões de Declarações e em 2024 foram entregues 43.310.900 (43,3 milhões) então o acréscimo previsto seria de 46,2 – 43,3 = 2,9 milhões; 2,9 milhões de acréscimo previsto corresponde a 6,7%;

(iii) Do cálculo apresentado em (i) verifica-se que, entre as alternativas referentes ao acréscimo (2024/2025) de 0,08%, a única correta é aquela descrita a seguir: “O percentual de 0,08% corresponde a um número de contribuintes que fica entre 33 mil e 35 mil (aproximadamente)”;

(iv) Da conclusão obtida em (ii) verifica-se que as demais alternativas indicadas como resposta da Questão estão incorretas.

Quanto ao enunciado, a interpretação, a análise e o desenvolvimento da resolução da Questão, encontram-se adequados aos Itens: “1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios”, “2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações”, “3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos“ e “5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais” do conteúdo programático e demais disposições normativas do Edital do Concurso.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a Questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na Questão também são improcedentes.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 21 e a manutenção do Gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 22 (Raciocínio Lógico):

Fundamentação da Banca: A questão 22 focaliza uma situação-problema que envolve a identificação e contagem aritmética de eventos relativos a dias da semana, contextualizada em acordo com os itens “1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios” e “2. Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações” que integram o conteúdo programático constante no Edital do Concurso.

Trata a questão 22 do cálculo da quantidade de dias da semana que não são sábado ou domingo no 2º. Semestre de um ano.

A interpretação e análise da situação abordada na questão 22 estão abrigadas no Item “3. Compreensão e Análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais, raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos“. A resolução desta Questão inclui cálculos aritméticos simples abrigados no item “5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais”.

Uma resolução possível é a seguinte:

- em qualquer ano, no 2º. Semestre (1º. de julho a 31 de dezembro) são localizados 184 dias, correspondendo a 26 semanas (com 7 dias cada) completas, mais 2 dias;
- dependendo do dia da semana que recair no dia 1º. de julho, o total de dias que são sábado ou domingo pode ser 54, 53 ou 52;
- o total dos dias que não são sábado ou domingo (denominados DIAS FEIRANTES no enunciado da Questão) no 2º. Semestre de um ano arbitrário pode ser assim calculado: 184 – 54 = 130, 184 – 53 = 131 ou 184 – 52 = 132.

A Alternativa correta firmada no Gabarito da Prova é, portanto, aquela que indica a resposta “130, 131 ou 132”.

Ratifica-se que o enunciado da Questão é claro e sem ambiguidades ou imprecisões e que está contemplado no conteúdo programático do certame e que o resultado está disponibilizado exatamente em uma alternativa correta como resposta para a situação enfocada na questão.

Recursos que apresentam abordagens e resoluções teoricamente não abrigadas nas normas do Concurso são improcedentes, uma vez que essas abordagens e/ou resoluções são desnecessárias e prescindíveis, não sendo requeridas ou exigidas para o candidato compreender, analisar ou resolver a questão. Os questionamentos relativos às alternativas de resposta disponibilizadas na Questão também são improcedentes.

Pelo exposto, recomenda-se o indeferimento dos recursos referentes à questão 22 e a manutenção do Gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Atualidades/História do Ceará (questões 23 a 32)

Questão 23 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 23 aborda o item 1 do conteúdo de Atualidades: "Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre os problemas advindos do acelerado processo de mudança climática que ocorre no planeta terra.

As afirmativas apresentadas para a análise dos candidatos foram: "I. As queimadas causam o aumento da liberação de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento florestal leva à redução da capacidade de absorção de dióxido de carbono, o que aumenta a temperatura do planeta." Esta afirmativa é correta, pois é consenso que a queima de vegetação gera um aumento de gases na atmosfera que contribuem para o chamado "efeito estufa" que aquece o clima do planeta pelo acúmulo de radiação dos raios solares na atmosfera. da mesma forma, é consenso científico que a redução da camada vegetal do planeta reduz a absorção de dióxido de carbono, um dos gases do efeito estufa.

A próxima afirmativa "II. Atividades tipicamente humanas como a produção industrial e a expansão da agricultura e da pecuária são fatores que agravam o aquecimento global, pois contribuem para o aumento dos gases de efeito estufa.", também está correta, pois, já se sabe que a produção industrial, desde o final do século XVIII, aumentou a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, assim como a expansão de atividades agrícolas e de criação de animais, que além de reduzirem áreas florestais responsáveis por parte da absorção de dióxido de carbono, também são responsáveis pela produção de gases que contribuem para o problema.

A afirmativa seguinte, "III. Como resultado das mudanças climáticas, poderá haver maior frequência de eventos climáticos extremos, escassez de água potável, redução da biodiversidade e aumento do nível dos oceanos.", é correta, pois os estudos relativos aos impactos ambientais em escala global, como os publicados no Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), demonstram que eventos climáticos extremos como os que ocorreram no RS, escassez de água potável por ausência de chuvas e redução de biodiversidade e aumento do nível dos oceanos, já estão ocorrendo e devem se ampliar nos próximos anos, a se manter o quadro atual de emissões e o desmatamento ao redor do mundo.

Por fim a afirmativa IV: "Mudanças no clima da Terra sempre ocorreram de forma natural e a ação humana não tem nenhuma influência no processo de alteração climática que ocorre atualmente.", é incorreta, pois, apesar de alterações climáticas naturais no planeta ser um fato cientificamente provado, também já é conhecido cientificamente o fato de que a intervenção humana, sobretudo a partir da época industrial, tem provocado alteração no padrão e no ritmo natural das mudanças climáticas.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta: "I, II e III apenas.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 24 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 24 aborda o item 3 do conteúdo de Atualidades: Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira; cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão) [...], previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre temas da atualidade que envolve elementos da política internacional amplamente conhecidos, sobretudo no Brasil, e que estão na pauta dos órgãos de imprensa.

No enunciado estão claras as informações necessárias para a resolução da questão, com certa facilidade, desde que o candidato esteja informado e atualizado sobre os principais eventos que ocorrem no país e no mundo neste ano de 2025. Dadas a atualidade do tema e a proximidade da data de ocorrência do evento em pauta, o tempo verbal empregado no futuro do presente, no enunciado, não interfere na compreensão do conteúdo abordado e cobrado na questão nem inviabiliza sua resolução, posto que todas as indicações constantes no enunciado direcionam a atenção do candidato à única possível e, obviamente, correta resposta. Portanto, dentre as opções de respostas oferecidas ao candidato, há um único evento que atende às condições expostas no enunciado, a saber: período, "Em julho de 2025[...]"; local, "[...]na cidade do Rio de Janeiro[...]"; participantes, "[...]líderes e representantes diplomáticos de países dos continentes americano, africano, asiático e europeu[...]; tema, "[...]o fortalecimento da cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável[...]", a opção que atende a todas as condições expostas é a que apresenta o texto "17ª Cúpula BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.". A realização da cúpula do Brics no Brasil não é uma novidade, uma vez que em 2014, quando o bloco BRICS ainda se afirmava, a capital do estado do Ceará, Fortaleza, foi sede da VI Cúpula do BRICS. Portanto, a participação do Brasil neste bloco e tudo o que ela tem representado econômica e politicamente para o nosso país é assunto constante de órgãos de comunicação. O evento em questão, a 17ª Cúpula do BRICS, foi largamente coberto pela mídia, conforme constata-se nas diversas notícias veiculadas em portais do governo, sites institucionais e em redes de comunicação nacionais e estrangeiras, por exemplo:

Portal Brics-Brasil

"Cúpula do BRICS firma compromisso histórico no Rio para uma governança mais inclusiva e sustentável - No 17º encontro dos líderes de alto nível, BRICS assume 126 compromissos que abrangem governança global, finanças, saúde, inteligência artificial, mudanças climáticas entre outros temas estratégicos, Publicado em 6 de jul de 2025 às 15:24 - Modificado há 21 dias" (https://brics.br/pt-br/noticias/cupula-do-brics-firma-compromisso-historico-no-rio-para-uma-governanca-mais-inclusiva-e-sustentavel)

G1

"Cúpula do Brics no Rio começa neste domingo: saiba o que vai acontecer e como vai mexer na sua rotina - Cidade terá feriado e várias interdições para que chefes de Estado se desloquem com rapidez e segurança. Por Eduardo Pierre, g1 Rio 06/07/2025 00h00 Atualizado há 3 semanas (https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/07/06/cupula-do-brics-no-rio-comeca-neste-domingo.ghtml)

Portal Gov.Br - Presidência da República

RELAÇÕES EXTERIORES - Cúpula do BRICS será no Rio de Janeiro, em 6 e 7 de julho - Anúncio foi feito pelo ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores) neste sábado, ao lado do prefeito Eduardo Paes - Publicado em 15/02/2025 15h05

(https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/02/cupula-do-brics-sera-no-rio-de-janeiro-em-6-e-7-de-julho)

CNN- Brasil

Brics: Modi, da Índia, e Ramaphosa, da África do Sul, chegam ao Rio - Líderes de 27 países começam a desembarcar na capital fluminense para cúpula - Jussara Soares, Daniel Rittner, da CNN, Rio de Janeiro - 05/07/25 às 10:53 | Atualizado 05/07/25 às 13:20

(https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brics-modi-da-india-e-ramaphosa-da-africa-do-sul-chegam-ao-rio/)

Além do exposto, as demais opções da questão se referem a eventos que já aconteceram, como é o caso da "25ª Reunião do Conselho do Mercosul — Mercado Comum do Sul" foi um evento que ocorreu na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2003. A "54ª Assembleia Geral da OEA — Organização dos Estados Americanos", foi realizada em Assunção, capital do Paraguai, entre os dias 26 e 28 de junho de 2024 e, por fim, a "38ª Conferência Geral da Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura", ocorreu em Paris, capital da França entre 3 e 18 de novembro de 2015; bem como evento que ainda ocorrerá, em nosso próprio país, como é o caso da "30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, COP30", mas que ocorrerá na cidade de Belém, capital do Pará, entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, como bem divulgado na imprensa. Desta forma os elementos constantes no enunciado da questão 24 apontam as informações que conduzem a uma única possibilidade.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o "17ª Cúpula BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 25 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 25 aborda o item 2 do conteúdo de Atualidades: "Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre inovações científicas atuais e possíveis impactos para a sociedade contemporânea.

O enunciado informa sobre os resultados obtidos pelo experimento do Tokamak desenvolvido pela academia chinesa de ciências em Hefei, China. Os avanços do experimento apontam para uma futura possibilidade de desenvolvimento de uma fonte de energia sustentável, limpa e durável. Essa inovação, a geração de energia por fusão nuclear, tal qual ocorre no sol, poderá revolucionar a geração de energia, livrando o mundo da dependência dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) para a produção energética.

As opções apresentadas para a escolha dos candidatos foram: "a busca por energias limpas e sustentáveis é um tema que ocupa a ciência atual, pois é essencial para a sobrevivência da humanidade.", é a opção correta da questão, pois o uso de combustíveis fósseis hoje existentes, em um mundo cuja demanda é crescente, pode levar a uma crise climática irreparável que pode comprometer a vida humana no planeta em tempos futuros.

Outra opção afirma que: "a fusão nuclear é uma forma de gerar energia tão perigosa quanto a fissão nuclear, realizada nas usinas nucleares atualmente em funcionamento." Esta afirmativa é incorreta, pois enquanto a fissão nuclear (usada em usinas nucleares e nas bombas atômicas) o que há é a partição do átomo de um elemento gerando energia e nêutrons, o que pode causar uma reação em cadeia descontrolada, além de radiação. A fusão é o processo inverso, no qual dois átomos se unem para formar um elemento mais pesado, gerando uma carga ainda maior de energia, esse processo é mais limpo e seguro do que a fissão, além de gerar menos resíduos, contudo, exige condições mais difíceis de temperatura e pressão para ser obtido.

Uma outra alternativa informa que: "experimentos como este e os que são realizados no CERN, na Suíça, são perigosos, pois suas reações podem destruir o planeta.", também está incorreta, pois, os estudos realizados nesses laboratórios são, segundo o consenso científico, seguros, uma vez que realizados em escala e sob forte controle de condições específicas. A possibilidade de acidentes que causem risco à existência do planeta é muito menor do que o que ocorre costumeiramente em camadas altas da atmosfera devido à radiação cósmica, o que há é uma forte campanha de desinformação (fake news) que compromete os avanços da ciência.

A afirmativa seguinte, "o esforço para encontrar novas fontes de energia só se dá devido ao esgotamento das fontes de petróleo existentes hoje.", é incorreta, pois, apesar de saber que o petróleo é uma fonte não renovável, as recentes descobertas em águas profundas ocorridas no Brasil (Pré-sal e Margem Equatorial) e em outras áreas do mundo demonstram que há ainda uma enorme quantidade de reservas não conhecidas e não exploradas, só a margem Equatorial, subdividida em Bacia Potiguar, Bacia do Ceará, Bacia de Barreirinhas - PI/MA, Bacia Pará-Maranhão e a Bacia da Foz do Rio Amazonas, pode conter uma quantidade de, pelo menos, 30 bilhões de barris de petróleo, o que implica em décadas de exploração dessa bacia. Outras regiões do mundo também registram, recentemente, a descoberta de novas bacias de exploração de petróleo, tais como na Guiana, na Namíbia, e inclusive na Antártica, uma reserva com possíveis 500 bilhões de barris, descoberta pela Rússia na região do Mar de Weddell. Portanto, há ainda muito petróleo a se explorar no planeta, cabe definirmos se o uso desse tipo de fonte de energia compensa para um planeta em risco climático.

Por fim, outra alternativa informa que "o Brasil não tem como participar de nenhuma pesquisa sobre energia limpa, por não ter nenhum laboratório com reator de fusão nuclear.", Essa opção é incorreta, pois há no Brasil três Tokamaks em operação: o Tokamak TCABR, em funcionamento no Laboratório de Física de Plasma da USP; o Tokamak NOVA-UFES no Laboratório de Plasma Térmico da UFES e o Tokamak ETE que é operado no Laboratório Associado de Plasma do INPE Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta o texto: "a busca por energias limpas e sustentáveis é um tema que ocupa a ciência atual, pois é essencial para a sobrevivência da humanidade.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 26 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 26 aborda o item 4 do conteúdo de Atualidades: "Elementos de economia internacional contemporânea.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre aspectos do cenário econômico global na atualidade.

O enunciado informa que, diante da política econômica adotada pelo recém empossado presidente dos EUA, Donald Trump (cuja posse se deu em 20 de janeiro de 2025), que se baseia na imposição de elevadas taxas/impostos de importação sobre os produtos comercializados pelos EUA dos seus

parceiros comerciais, a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (sigla em inglês - NDB), criado pelo grupo BRICS na "VI Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza, em 2014, inaugurou-se novo ciclo na história do agrupamento com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)[...]" (https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb), que está sediado em Xangai, cidade localizada na China e tem presidência rotativa que é indicada pelo país que está na presidência do grupo no momento em que se encerra o mandato, atualmente é presidido por Dilma Rousseff que foi indicada pelo Brasil em 2023 e mantida no cargo, para outro mandato por indicação da Rússia. Esse equipamento bancário vinculado ao BRICS pode manter investimentos em países mesmo diante do receio de uma crise econômica internacional oriunda das incertezas geradas pelas ações do presidente dos EUA.

As opções apresentadas para a escolha dos candidatos foram: "foi criada pelo BRICS, como forma de garantir alternativas ao financiamento global, e está sediada em Xangai, na China", é a opção correta da questão, conforme explicação anterior e como se pode constatar em portais e sites que tratem do assunto.

Outra opção afirma que: "se trata do braço econômico da Organização das Nações Unidas (ONU), e está sediada em Nova Iorque, nos EUA." Esta afirmativa é incorreta, pois o NDB resulta da decisão dos países que compõem BRICS e tem sede em Xangai, na China.

Uma outra alternativa informa que: "é a forma como a União Europeia (UE), cuja sede é em Bruxelas, na Bélgica, investe no desenvolvimento sustentável...", também está incorreta, pois, visto, o NDB tem sede em Xangai e representa os interesses do BRICS e não da UE, que possui suas próprias instituições.

A afirmativa seguinte, "é o banco criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sediado em Washington, nos EUA, para aplicar sua política econômica", é incorreta, pois o FMI, criado em 1944, tem sede em Washington, capital dos EUA e atua como Instituição Financeira Internacional que efetua empréstimos a países.

Por fim, outra alternativa informa que o NDB: "faz parte da estrutura do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sediado em Washington, EUA.", é incorreta, pois o BID é um banco de desenvolvimento regional, atuando apenas nas américas, tem sede em Washington - EUA, e, como se sabe, o BRICS, grupo fundador do NDB, congrega países de outros continentes, além disso a sede do banco está em Xangai, China.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta o texto: ""foi criada pelo BRICS, como forma de garantir alternativas ao financiamento global, e está sediada em Xangai, na China". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 27 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 27 aborda o item 1 do conteúdo de História do Ceará: "O período colonial: a ocupação do território: disputas entre nativos e portugueses; acesso à terra: sesmarias e a economia pecuária.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre tema das disputas entre nativos e portugueses durante o período colonial.

O que se convencionou chamar de Guerra dos Bárbaros, de forma pejorativa, a partir da perspectiva de historiadores com visão eurocêntrica, foi um conjunto de lutas que representaram, ao longo dos séculos XVII e XVIII, embates entre os colonos portugueses e grupos indígenas a eles antagônicos. No Ceará, os combates ocorreram, sobretudo, em razão da expansão da ocupação das terras para pecuária, pelos colonos, e ocasionou a extinção de alguns desses grupos indígenas. Algumas populações originárias e suas representações culturais desapareceram após esse processo de expansão violenta da colonização, e isso é constatado através do registro no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.), no qual se percebe a ausência de grupos citados por outros autores que precederam ao etnólogo. O Historiador João Leite Neto, em sua tese de doutoramento, nos informou que, no início da colonização promovida por Martim Soares Moreno, houve um início pacífico nas relações entre colonizadores e indígenas, mas com o avanço da empresa colonizadora isso mudou. "O relacionamento conflituoso entre colonos e índios foi se intensificando à medida que os estabelecimentos dos colonizadores cresciam, e os índios iam sendo empurrados para outras terras mais distantes. Os colonos, com a colaboração de grupos avassalados, foram intensificando suas incursões predadoras, sempre movidos pelo propósito de submeter o maior número de índios ao trabalho escravo. Os índios quando não eram dizimados, eram submetidos ao cativeiro." (Leite Neto, 2006, p.73). Desta forma, embora haja hoje estudos que buscam demonstrar a existência de indivíduos pertencentes a alguns grupos étnicos que se acreditava extintos, não se trata aqui de individualizar herança genética, mas sim de compreender que "O conceito de povo implica, em primeiro lugar, um agrupamento de pessoas que se reúnem em função das várias afinidades que mantêm entre si. Povo não quer dizer, em nenhum dos significados que aparecem nos dicionários, uma organização formal ou poderes formalmente constituídos. Designa muito mais um compartilhar de uma história, de uma mesma língua, de hábitos e tradições comuns,[...]" (Novaes, 2011) a conceituação da Antropóloga Sylvia Caiuby Novaes, deixa perceber que é a existência de aspectos culturais comuns a um agrupamento de pessoas que caracteriza a existência de um povo ou grupo étnico, desta forma, o desaparecimento de um povo independe do desaparecimento total de sua população, basta, para tanto, que os elementos constituintes do conceito de povo não existam mais. Vários povos indígenas que foram relatados no período da colonização, no território cearense, não têm registros atuais, segundo o mapeamento indígena do estado do Ceará, dentre aqueles que existiam no passado e que hoje não possuem representação estão os grupos: Quixexéu (cujo registro é de 1746) e Icozinhos (registro de 1670).

As afirmativas colocadas para a escolha dos candidatos foram: "I. Foi um conflito armado entre os colonizadores portugueses e os invasores franceses que se apropriaram de uma extensa faixa de terra litorânea localizada no norte do Ceará até São Luís do Maranhão.", esta afirmativa é incorreta, pois embora possa ter havido participação de franceses nos conflitos entre indígenas e portugueses, o que configura historicamente o evento denominado de "Guerra dos Bárbaros" é o confronto entre colonos de origem portuguesa e grupos indígenas nordestinos. A opção "II. Tratou-se de uma guerra entre colonos portugueses e nativos de várias etnias que levou ao extermínio alguns grupos de indígenas e que teve no massacre dos Paiacu um dos seus episódios marcantes.", está correta pelos motivos já expostos no parágrafo anterior. A alternativa "III. Marcada pela colonização portuguesa no litoral, a região que hoje é o Ceará foi poupada de conflitos violentos na Guerra dos Bárbaros, já que os indígenas locais eram pacíficos e aliados aos lusitanos.", também está incorreta, pois há longa historiografia, desde Capistrano de Abreu, passando por João Batista Perdigão Oliveira (1890), Raimundo Girão (1953), Carlos Studart Filho (1959,1961,1965), e José Cordeiro (1989) que demonstram como uma grande parte dos indígenas cearenses foi indócil à destruição de sua forma de vida e ao domínio dos colonizadores sobre seus territórios ancestrais. Por fim, a opção "IV.

Entre os motivos que provocaram a Guerra dos Bárbaros podem ser elencadas a expansão da pecuária para o interior do nordeste e a disputa pelas terras entre colonizadores e indígenas.", está correta, pois, como visto, a expansão territorial e os conflitos pela ocupação de terras foram fatores decisivos para os embates entre colonos e indígenas no território do Ceará.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta: "II e IV.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Referências

CORDEIRO, José. Os índios no Siará: massacre e resistência. Fortaleza: Ed. Hoje, 1989.

GIRÃO, Raimundo. Pequena história da Província do Ceará. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1953.

LEITE NETO, João. Índios e terras - Ceará: 1850-1880. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História PPGH da Universidade Federal de Pernambuco. 2006. 242 f.

NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Nações indígenas. Lua Nova. n. 2 (2), set. 1985.

OLIVEIRA, João B. Perdigão de. Revista do Instituto do Ceará, Tomo IV, 1890, p.118-154.

STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Ed. do Instituto do Ceará, Tomo 76/77, 1959, p. 182.

STUDART FILHO, Carlos. A guerra dos bárbaros. Revista do Instituto do Ceará, Vários Tomos,1959, 1961 1965.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 28 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 28 aborda o item 3 do conteúdo de Atualidades: Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira; [...] elementos de economia internacional contemporânea; panorama da economia brasileira, previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre tema basilar de economia brasileira.

O enunciado apresenta uma 'manchete' do site "Times - Brasil", em que o economista-chefe do banco Daycoval, uma instituição financeira especializada em crédito, produtos de câmbio, gestão de recursos e investimentos, faz uma declaração que podemos constatar como óbvia, ao menos para quem mantém alguma atenção à realidade econômica do Brasil: "A economia brasileira é sensível à oscilação das commodities". A questão, de nível moderado, busca o reconhecimento do candidato sobre as commodities brasileiras que tornam a economia do país tão sensível às oscilações de mercado. Em que pese o país possuir uma industrialização que possui importância, o carro chefe da economia brasileira são commodities do setor agropecuário e da mineração. Destes setores originam-se as principais commodities de exportação do país no último ano, as cinco mais relevantes na pauta de exportações foram: 1ª petróleo, 2ª soja, 3ª minério de ferro, 4ª açúcar, 5ª carne bovina. É de conhecimento amplo a importância dos setores denominados genericamente como "Agronegócio" para a economia atual do país, também é notório o crescimento das atividades de exploração mineral no país, que possui grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, que se destaca internacionalmente pela tecnologia de exploração em águas profundas, sobretudo após o advento do petróleo na camada "pré-sal". Desta forma a condução da resposta correta da questão deve se dar pelo reconhecimento das condições atuais do país no que diz respeito à sua economia. Uma prova de ATUALIDADES não pode prescindir de informações que não se amparam no contexto em que ela se dá. Sabemos da importância que outras commodities tiveram ou têm ainda para a economia pátria, tais como café, milho e algodão, e para algumas especificidades regionais de um país continental como o Brasil, algumas commodities se destacam em uma região e têm pouca expressão em outras. Desta forma, não há dúvidas na opção que contém o texto: "as principais commodities produzidas no Brasil são a soja, o minério de ferro, o petróleo bruto, o açúcar e a carne bovina" como a opção correta para a resolução da questão a partir do que se pede em seu comando: "Com base no que se sabe sobre a atualidade da economia brasileira, é correto afirmar que".

As demais opções apresentam equívocos que as excluem da escolha. Partindo do conhecimento de que commodities são produtos que possuem características semelhantes em qualquer lugar, portanto podem ser comercializados em qualquer mercado, o termo passou a agregar na atualidade também o sentido de produção em larga escala, capacidade de estocagem (para atender ao mercado), baixa industrialização e alto nível de comercialização. Assim, "[...]as commodities podem ser definidas como bens primários com cotação internacional, como petróleo, soja, minério de ferro e café." (Máximo, 2021). Desta forma, "CDB e CDI" não são commodities e nem representam a principal fonte de tributos na economia brasileira, desconsiderando a opção que os referencia como válida. Também se invalida a possibilidade de "eletrônicos, automóveis e aviões" como commodities, dado a elevada industrialização desses bens. Assim como os elementos anteriores, a alta costura e a indústria da moda não apresentam as características que as definam como commodities e nem possuem peso significativo no comércio externo brasileiro. Por fim, em seu comércio com os principais parceiros, China e EUA, este último até o início da guerra tarifária lá iniciada, o Brasil majoritariamente tem exportado para aqueles mercados produtos primários oriundos da produção agrícola, da atividade pecuarista e da exploração de reservas de minérios e óleos minerais (petróleo, soja, minério de ferro, carnes bovina e suína, laranja, café), além do mais, a compreensão do que sejam as commodities exclui os produtos industriais invalidando a opção.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto: "as principais commodities produzidas no Brasil são a soja, o minério de ferro, o petróleo bruto, o açúcar e a carne bovina.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 29 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 29 aborda o item 3 do conteúdo de História do Ceará: O Ceará e a "República Velha": a política oligárquica: coronelismo e clientelismo; movimentos sociais religiosos e "banditismo"; [...], previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre temas específicos do período histórico em destaque. Como tema central, entende-se aquele a respeito do qual o texto é construído e sobre o qual as discussões são enfocadas. Distingue-se, portanto, dos temas secundários na medida em que estes podem ser abordados no texto – e, normalmente, o são – sem que representem, no entanto, o aspecto principal do texto. Esses temas secundários são, dessa forma, aqueles utilizados para dar suporte ao tema central.

Considerando as alternativas da questão 29, a resposta é aquela que contém como resposta a opção "I, III, IV e V apenas". Dentre as opções disponíveis para análise dos candidatos, apenas o item "II. A ação do bando de cangaceiros liderados por Lampião, que causou terror em ataques a diversas cidades do estado, como Crato, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte, está incorreto. Na historiografia não há registro de ataque do bando de cangaceiros liderado por Lampião à cidade de Limoeiro do Norte, ao contrário, após o ataque malfadado a Mossoró (RN), o bando foi recebido, após acordos com personalidades e autoridades locais, de forma pacífica, em Limoeiro do Norte. Este evento é bem descrito na mídia e em pesquisas. Segundo estudos do historiador Renan de Brito (2021, 2024), que realizou análise sobre as informações dadas por narradores que viveram aquele momento em 15 de junho de 1927, ou que trazem a memória de parentes ou pessoas conhecidas que o viveram. Segundo o pesquisador, "[...] Lampião é conhecido por ter cometido uma série de atrocidades nos sertões por onde passou. Entretanto, em sua passagem pela cidade de Limoeiro do Norte, não encontramos

nenhuma narrativa sobre os bandoleiros terem praticado violência com os moradores da cidade." (d'Brito, 2021, p.33). Além dos estudos de Brito, informes jornalísticos da mídia cearense, em tempos recentes, dão conta da passagem de Lampião em Limoeiro do Norte:

> [...] Em 15 de junho de 1927, chegaram a Limoeiro do Norte, no Vale do Jaguaribe, Ceará, dois dias após deixarem de Mossoró. Lampião enviou mensageiro para avisar de sua chegada. A polícia, então, deixou a cidade. O bando entrou em Limoeiro dando vivas ao governador José Moreira da Rocha e ao padre Cícero Romão Batista, de quem Virgolino era devoto. Os chefes políticos mataram um boi para recepcionar os bandidos. O bando comeu, fez orações.[...] (O Povo, 2018)
>
> (https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/07/ceara-foi-o-refugio-seguro-de-lampiao.html);
>
> [...]Depois de receber a "chuva de balas" dos potiguares, aceitou os cumprimentos "tensos" dos limoeirenses, no dia 15 de junho de 1927. O rebuliço foi consolado pela "visita em paz" do rei do cangaço nas terras de seu Padim Ciço. Nunca mais Limoeiro foi o mesmo.[...] (https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/bando-de-lampiao-em-fuga-1.742189)

Os trechos dão a conhecer a presença do bando de Lampião em Limoeiro do Norte como um evento fruto da negociação entre os cangaceiros e as autoridades locais e não como um ataque, um evento violento, como os que ocorreram em diversas outras localidades nordestinas.

Também não há registros históricos de ataque do bando de Lampião à cidade do Crato nem a Juazeiro do Norte. A única vez que o bando esteve na Meca do Cariri foi a convite de Floro Bartolomeu, Deputado Federal e aliado político de Pe. Cícero. O encontro deveria servir para convencer o cangaceiro e seu bando a se engajar ao "Batalhão Patriótico", que lutaria contra a Coluna Prestes que avançava pelo Nordeste em sua luta contra o governo de Artur Bernardes e pela difusão do ideal revolucionário no interior do Brasil. No encontro entre Pe. Cícero e o Bando de Lampião, além de entregar dinheiro e armas, dadas com o apoio do governo federal, foi concedido a Virgulino a patente de 'Capitão do Batalhão Patriótico', sem nenhum valor legal. "Foi lá que o Padre Cícero encontrou o bando. Os bandidos, ajoelhados, teriam escutado padre tentar convencer seu líder de largar o cangaço logo após voltasse da campanha contra Prestes[...]" (Neto, 2020), o que não ocorreu, pois Lampião desistiu de enfrentar a Coluna após descobrir que a patente não tinha valor legal, apesar de utilizá-la a partir daí, denominando a si como 'Capitão Virgulino'.

Portanto a presença de Lampião e seu bando nas cidades supracitadas não se deu como ataque, com uso de violência, mas resultou de pactuações entre o cangaceiro e as chefaturas políticas locais. A questão está centrada na ação de ataque do bando de Lampião às cidades citadas, e, como demonstrado, esses ataques não ocorreram.

Os demais itens correspondem, adequadamente, a eventos e características sociais, políticas, culturais e econômicas da História do Ceará no período em análise.

A Sedição de Juazeiro, que ocorreu quando tropas enviadas pelo governo de Franco Rabelo tentaram, em vão, invadir Juazeiro e destruir a resistência dos seus opositores que apoiavam a oligarquia Aciolina. De fato, no evento, as forças políticas que se colocavam em choque na disputa que envolvia a "política das salvações" implementada na Presidência de Hermes da Fonseca, opôs os interesses do governador Franco Rabelo aos da Oligarquia Aciolina, apoiada por tradicionais coronéis do sul do estado e por Padre Cícero, prefeito de Juazeiro destituído por Franco Rabelo, o que resultou na infortunada invasão a Juazeiro, no ataque a Fortaleza e deposição do governo rabelista. Segundo Rogério Rosa Rodrigues (s.d.)

> [...] A eleição do coronel Franco Rabelo para presidente do Ceará em meados do ano de 1912 fez ruir as bases do pacto de 1911 firmado no Cariri. Ciente dos laços que ligavam os coronéis da região ao antigo líder da oligarquia Acióli, Rabelo iniciou uma campanha de desestabilização da política oposicionista no Ceará. Com o pretexto de acabar com o banditismo representado pelo fenômeno do cangaceirismo no Nordeste, enviou para o Crato 200 homens da Polícia Estadual.
>
> Seguindo ordens do presidente eleito, os policiais estacionados no Crato prenderam alguns jagunços acusados de banditismo, todos ligados a coronéis de oposição ao político de farda. Além disso, Franco Rabelo entrou em confronto direto com Padre Cícero ao destituir homens de sua confiança de cargos públicos e acusá-lo de abrigar bandidos em Juazeiro. [...]
>
> [...]No dia 12 dezembro de 1913 reuniu-se em Juazeiro uma assembleia dissidente composta por deputados oposicionistas, e declarou-se a ilegalidade do governo de Franco Rabelo. Nomeou-se nessa ocasião um governo paralelo, tendo Floro Bartolomeu como presidente provisório.
>
> A resposta de Rabelo foi rápida. No dia 15 de dezembro, as tropas estaduais estacionadas no Crato, sob o comando do coronel Ladislau Lourenço, deram início às operações de invasão a Juazeiro. No dia 20, a cidade santa foi ocupada pelas tropas do governo, tendo à frente o coronel Alípio Lopes, escolhido pessoalmente por Rabelo para dar fim à sedição.
>
> Embora as investidas oficiais tenham provocado muita tensão em Juazeiro, a resistência dos fiéis de Padre Cícero, aliada ao ataque dos cangaceiros reunidos por Floro Bartolomeu, conseguiu vencer as forças oficiais. Cercada por tropas rabelistas, a cidade santa enfrentou a fome e a falta de munição. Apesar das dificuldades, o moral da tropa que entoava cânticos em louvor de Padre Cícero conseguiu resistir e contra-atacar. Graças a essa ofensiva, no dia 24 de janeiro de 1914, Crato foi ocupada por homens comandados por Bartolomeu. Seguiu-se a tomada de Barbalha. As cidades foram pilhadas, e com o espólio Juazeiro pôde se recompor da escassez de víveres e de munição em que se encontrava desde os ataques das forças rabelistas. Em marcha a pé e via estrada de ferro, os sediciosos de Juazeiro, tal como eram denominados, ocuparam Miguel Calmon, Senador Pompeu, Quixeramobim até marchar sobre Fortaleza, a 19 de março de 1914. [...]

Após o grupo sedicioso "marchar sobre Fortaleza", aconteceu a deposição do Cel. Franco Rabelo e a indicação de Setembrino de Carvalho como governador, entre os meses de março e julho de 1914; na eleição que se seguiu, houve a ascensão de Benjamin Liberato Barroso ao governo do estado e do padre Cícero como seu vice.

A criação dos Currais do Governo, como eram conhecidos os Campos de Concentração que impediam os retirantes da seca chegarem às grandes cidades, foi a alternativa encontrada pelo governo, durante a seca de 1915, para evitar os episódios da grande seca de 1877-1879, na qual centenas de milhares de pessoas morreram e muitas outras 'invadiram' as principais cidades para livrar-se da morte por inanição através da caridade alheia ou, não ocorrendo isso, da pilhagem de comércios e armazéns. Para impedir a repetição do ocorrido na grande seca, o governo do Cel. Benjamin Liberato Barroso, em 1915, criou a instituição do 'campo de concentração', reconhecidos posteriormente como "currais do governo", sendo o primeiro deles o do campo do Alagadiço (atual bairro de São Gerardo), em Fortaleza, que chegou a 'abrigar' 8 mil 'flagelados da seca' sob vigilância de soldados, nesse campo, "[...] Apesar da presença de algum auxílio médico no campo de concentração, a falta de saneamento, a distribuição insuficiente de rações alimentares, além da proliferação de doenças agravada pelas altas taxas de aglomeração, resultaram nas condições precárias deste espaço, e com isso, no aumento do número de mortos" (Neves, 1995, p.97). Além de Fortaleza, também foram criados campos de concentração em Senador Pompeu, Quixeramobim, Cariús, Crato e Ipu, em outra época de seca, em 1932.

A ampliação da influência do padre Cícero Romão Batista da esfera religiosa para a do poder político, tendo papel na emancipação de Juazeiro do Norte, cidade da qual foi o primeiro prefeito. Cícero Romão Batista, passou de pároco da comunidade do povoado de Tabuleiro Grande (depois denominado Juazeiro) a responsável por sua emancipação devido ao enorme crescimento populacional e econômico em razão da atração de milhares de romeiros que convergiam ao local (Della Cava, 1976) após os eventos 'miraculosos' que envolveram o próprio Padre e Maria de Araújo na transubstanciação da hóstia em sangue. Depois da emancipação política em relação ao Crato, e tendo o Pe. Cícero como seu primeiro prefeito, e depois como prefeito por

28 anos, entre 1914 e 1927, Juazeiro cresceu economicamente e expandiu seu poderio político, e o de seu chefe, a todo o sul do Ceará e a regiões vizinhas de outros estados limítrofes. Padre Cícero articulou pacto entre os coronéis do interior cearense, foi também eleito Deputado Federal e fez oposição a Getúlio Vargas, classificado por ele como mensageiro de Satanás (Neto, 2009).

O predomínio do clientelismo e controle político dos coronéis, poderosos proprietários que através do voto de cabresto garantiam o poder local e davam apoio aos governadores. O fenômeno sócio-político do clientelismo e do coronelismo é aspecto fundante das relações de poder no Ceará, mas desde que o governo de Campos Sales institucionalizou o predomínio das oligarquias estaduais através da chamada "política dos governadores", por meio da instituição da Comissão Verificadora de Poderes, o controle do voto da população por potentados locais, através do voto de cabresto e dos currais eleitorais, garantia a sua manutenção e a de seus associados políticos nos espaços de poder locais e estaduais e estes garantiam a tranquilidade do governo federal por meio da eleição de deputados que o apoiassem.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém o texto "I, III, IV e V apenas". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Referências

D'BRITO, B. R. B. Máscaras da Memória: a passagem de Lampião em Limoeiro do Norte com seus sujeitos, disputas e narrativas (1977-2017). Monografia de Conclusão de Curso. Curso de História - FAFIDAM/UECE, 2021. 103 f.

D'BRITO, B.R.B. (Ser)tão diplomático: por uma história da memória do cangaço em Limoeiro do Norte - CE (1977-2017). Dissertação. Mestrado em História Social. PPGH - UFC, 2024.

DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Juazeiro. trad. Maria Yedda Linhares. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1976.

NETO, Lira. Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

NETO, Lira. O curioso dia em que Padre Cícero encontrou Lampião - que foi enganado. Revista Aventuras na História, São Paulo, v. set. 2020. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/o-curioso-dia-em-que-padre-cicero-encontrou-lampiao-que-foi-enganado.phtml

NEVES, Frederico de Castro. "Curral dos Bárbaros: Os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932"). Revista Brasileira de História. São Paulo: V. 15, N.29, 1995, pp. 93-122.

ROSA RODRIGUES, Rogério. Sedição de Juazeiro. Atlas Histórico do Brasil. FGV-CPDOC. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/sedicao-de-juazeiro.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 30 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 30 aborda o item 5 do conteúdo de História do Ceará: "Os governos militares e o "novo" coronelismo; a "modernização conservadora".", previsto no Anexo 1 do edital nº 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre o tema dos governos dos "novos" coronéis durante os governos da ditadura cívico-militar no Brasil.

As afirmativas apresentadas para a análise dos candidatos foram: "I: Quando ocorreu o Golpe Militar de 1964, o Cel. César Cals era governador eleito do Ceará e manteve-se no poder, com o apoio do Gal. Médici, até ser substituído pelo Cel. Adauto Bezerra, em 1971." Esta afirmativa é incorreta, pois em 1964, o estado do Ceará era governado por Virgílio Távora (25 agosto de 1963 a 12 agosto de 1966) tendo como vice-governador Joaquim Figueiredo Correa. César Cals somente governaria o Ceará entre os anos de 1971 e 1975.

A próxima afirmativa "II: Apoiado pelo Gal. Castelo Branco, primeiro presidente da Ditadura Militar, o Cel. Virgílio Távora, que havia sido ministro no governo João Goulart, governava o Ceará desde 1963 e foi mantido no governo estadual até 1966.", está correta, pois, como aponta Rabelo Filho (2013), em "junho de 1964. Na Assembleia Legislativa do Ceará, o deputado Francisco Diógenes Nogueira (PSD) tramou, com vistas a pedir a cassação do mandato do coronel Virgílio Távora, então governador do Estado. Para tanto, contou com a colaboração do major Egmont Bastos Gonçalves, do 10° Grupo de Obuses (GO), na capital cearense. [...]A respeito de Virgílio, alegou-se que ele mantinha relações com grupos esquerdistas no Estado, que era amigo íntimo de João Goulart e que, por isso, mantivera-se desde sempre contrário à sua deposição. [...]" (Rabelo Filho, 2013, p.76). Com apoio de seu tio Juarez Távora, Ministro dos Transportes do Governo do Mal. Castelo Branco, o plano de depor Virgílio do poder, elaborado por políticos e militares que eram seus inimigos políticos, foi, segundo o historiador supracitado, explicado ao presidente Castelo Branco, "Como resultado, a trama golpista articulada contra Virgílio, não deu em nada. [...]. Assim, toda a trama golpista que se desenrolou nos bastidores do poder, foi alinhavada e dissolvida nas cúpulas." (Rabelo Filho, 2013, p.81). Diante da possibilidade de ser deposto do poder, por seus rivais políticos, foi o apoio angariado junto à cúpula do poder federal que garantiu a continuidade de Virgílio à frente do governo estadual.

A afirmativa seguinte, "III. Em 1979, com apoio do Gal. Geisel, o Cel. Adauto Bezerra voltou ao governo do Estado e consolidou a modernização conservadora, com obras de estrutura e industriais como o sistema Pacoti-Riachão e o Distrito Industrial em Maracanaú.", é incorreta, pois Adauto Bezerra governou o Ceará entre 1975 e 1978. Em 1979, quem retornou ao governo foi Virgílio Távora, para seu segundo mandato.

Por fim a afirmativa IV: "Dos três coronéis que conduziram a política cearense no período da Ditadura Militar, apenas Virgílio Távora foi governador em dois mandatos, o primeiro entre 1963 e 1966 e o segundo entre 1979 e 1982.", é Correta, pois o fato citado está amplamente amparado por fontes históricas.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta: "II e IV apenas.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 31 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 31 aborda o item 4 do conteúdo de História do Ceará: "O período 1930/1964: o Ceará durante o Estado-Novo; repercussões da redemocratização; "indústria da seca": DNOCS e SUDENE.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre aspectos da criação de órgão de combate à seca e de desenvolvimento regional.

O enunciado informa sobre a criação da SUDENE em dezembro de 1959 (Governo Juscelino Kubitschek - 1956-1961). A instituição da SUDENE como órgão de desenvolvimento é destacada na obra do próprio "proponente" da ideia, Celso Furtado, em "Operação Nordeste", obra publicada pelo ISEB, em 1960 e em "A Fantasia desfeita", publicada anos depois quando o projeto de desenvolvimento nacional já havia sido profundamente alterado sob os interesses dos governos militares pós-1964. O nacional-desenvolvimentismo é uma política econômica que se origina no desenvolvimentismo do séc.

XVIII, e, a partir dos séculos XIX e XX, ganha a denominação de nacional-desenvolvimentismo, essa política preconiza a participação ativa do Estado na economia, para desenvolver as suas bases. A caracterização da criação da … e da SUDENE como ações do nacional-desenvolvimentismo é evidente, conforme aponta Mendes (2017, p. 287-288),

> numa reunião realizada no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, convocada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, o economista teve a oportunidade de expor seus planos para o desenvolvimento do Nordeste e criticar o modelo até então aplicado, que, segundo ele, encarava o problema das secas de forma equivocada. [...] Surpreso com o que ouviu, o presidente deu de imediato ao economista a tarefa de formular um plano e amadurecer a Operação Nordeste (Furtado, 1989, pp. 41-45). Esta culminaria na fundação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codene), ainda em 1959, que deveria iniciar suas atividades enquanto a criação da Sudene não fosse aprovada pelo Congresso Nacional.

Assim, a publicação da lei que estabelece a criação da SUDENE é o culminar de ações que buscavam incluir a região, e o Ceará, na política econômica do governo de JK de natureza reconhecidamente nacional-desenvolvimentista e buscava uma correção do que se tinha estabelecido até então para a região. A revisão dos fatos que envolveram a criação da SUDENE revela que as ideias apresentadas, por Celso Furtado ao presidente, se alinhavam perfeitamente à ideologia desenvolvimentista que orientava o governo JK desde a primeira 'Mensagem ao Congresso Nacional' e que tinha no Plano de Metas a sua manifestação mais visível.

As opções apresentadas para a escolha dos candidatos foram: "fez parte da política nacional-desenvolvimentista implementada por Juscelino Kubitschek para promover desenvolvimento econômico", é a opção correta da questão, conforme explicação anterior e como se pode constatar em ampla literatura sobre o assunto.

Outra opção afirma que: "se deu no governo do Gal. Castelo Branco, ainda no início dos governos militares, motivada pela origem cearense daquele presidente." Esta afirmativa é incorreta, pois o governo de Castelo Branco se dá após o golpe militar de 1964 e a SUDENE tem criação anterior.

Uma outra alternativa informa que: "fazia parte das Reformas de Base propostas por João Goulart, mas foi descontinuada devido ao Golpe Militar que instituiu a Ditadura no Brasil.", também está incorreta, pois, o, governo de Goulart ocorreu entre 1961 (após a renúncia de Jânio Quadros) e 1964, nesse período a SUDENE já existia.

A afirmativa seguinte, "estava dentro dos planos econômicos liberais para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste, propostos pelo presidente Jânio Quadros", é incorreta, pois o curto governo de Jânio Quadros (entre janeiro e agosto de 1961) se deu após a criação da SUDENE.

Por fim, outra alternativa informa que a SUDENE "foi criada pelo presidente José Sarney, que é maranhense, na redemocratização, para promover o desenvolvimento do Brasil.", é incorreta, pois o Sarney foi presidente apenas na década de 1980 quando a SUDENE já existia há mais de duas décadas.

Referência

MENDES, Flávio da Silva. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da SUDENE. Lua Nova. São Paulo, n.100, p.283-311, 2017.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta o texto: "fez parte da política nacional-desenvolvimentista implementada por Juscelino Kubitschek para promover desenvolvimento econômico.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 32 (Atualidades/História do Ceará):

Fundamentação da Banca:

A questão 32 aborda o item 2 do conteúdo de História do Ceará: "O período imperial: o Ceará na Confederação do Equador; importância da economia do algodão; a escravidão negra no Ceará.", previsto no Anexo 1 do edital no 001/2025 (conteúdo programático), e seu enunciado solicita, do candidato, o conhecimento sobre a Confederação do Equador.

O enunciado informa que, descontente com a dissolução, em 1823, da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, a Câmara Municipal da Villa Nova do Campo Maior de Quixeramobim declarou, em janeiro de 2024, o fim da dinastia de Bragança e o estabelecimento de uma República. O texto fala ainda que o evento supracitado ocorreu quase 6 meses antes de Manuel de Carvalhos Paes de Andrade (um dos líderes do movimento denominado Confederação do Equador), então presidente da província de Pernambuco, assinar o manifesto que deu origem à Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824. o comando pede que o candidato identifique a que movimento o texto se refere.

As opções apresentadas para a escolha dos candidatos foram: "Confederação do Equador.", é a opção correta da questão, as informações sobre as datas em que ocorreram os fatos citados, a motivação da declaração da Câmara de Quixeramobim estabelecendo uma república naquelas terras e a referência a Paes de Andrade, são informações suficientes para a resolução da questão.

Outra opção afirma que: "Conspiração dos Suassunas." Esta afirmativa é incorreta, pois pode ser considerada uma revolta emancipatória resultante da crise do sistema de produção na Capitania de Pernambuco, porém ocorreu em 1801, décadas antes dos eventos citados no enunciado.

Uma outra alternativa que traz como resposta "Revolução Pernambucana", também está incorreta, pois, os eventos que provocaram a Revolução em Pernambuco estão ligados ainda à administração de D. João VI como soberano do Brasil, não há nas motivações da Revolução de 1817, em Pernambuco, nenhuma motivação referente à dissolução de uma Assembleia Constituinte.

A afirmativa seguinte, "Guerra dos Mascates", é incorreta, pois o referido evento ocorreu no século XVIII, entre 1710 e 1711 e envolveu as elites de Recife e de Olinda numa disputa por poder local, sendo, pois, um movimento nativista e não uma revolta emancipacionista.

Por fim, outra alternativa informa que o evento em tela foi a "Conjuração Baiana.". Essa opção é incorreta, pois a Conjuração baiana, identificada também como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios ocorreu no séc. XVIII, em 1798-1799, na Bahia, e, apesar de ter caráter emancipacionista, nada tem de relação com a dissolução da Assembleia por D. Pedro I, que nasceu em 1798.

Pelo exposto, ratifica-se que o conteúdo da questão está contemplado no conteúdo programático do certame, que o enunciado está elaborado de forma a deixar clara, para o candidato, a exigência do item e que há uma única alternativa correta, aquela que contém como resposta o texto: "Confederação do Equador.". Recomenda-se, portanto, o indeferimento dos recursos e a manutenção do gabarito preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público (questões 33 a 40)

Questão 33 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, no item "1. Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização"

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "matricial". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio das seguintes definições de departamentalização matricial:

(1) na departamentalização por função ou funcional "os funcionários são agrupados conforme a função que exercem na empresa"

(2) na departamentalização por projetos, as "empresas que lidam com projetos temporários, como agências de consultoria, dividem seus recursos humanos, financeiros e materiais de acordo com projetos com prazos limitados";

(3) a departamentalização matricial "ocorre quando há mais de um tipo de distribuição de tarefa ocorrendo ao mesmo tempo." (https://www.infoescola.com/administracao/departamentalizacao/

"Neste caso tem-se a sobreposição de dois ou mais tipos de departamentalização sobre a mesma pessoa. Geralmente, esta sobreposição se refere à fusão entre a estrutura funcional e a estrutura por projetos". (https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17513/material/OSE%20PARTE%203.pdf), a departamentalização matricial encontra-se assim definida:

A departamentalização matricial é definida como "a combinação simultânea de dois tipos de departamentalização, a funcional e a divisional, na mesma estrutura organizacional".

(https://profes.com.br/diegodias/blog/departamentalizacao)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 34 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "planejamento". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Segundo o conteúdo do site https://www.servidores.ufscar.br/jeronimo/wp-content/uploads/2018/07/Aula-2-Planejamento2019.pdf, PLANEJAMENTO "é uma função administrativa que consiste em deter antecipadamente aonde se quer chegar. No planejamento, são estabelecidos os objetivos e as metas e definidos os meios para atingi-los".

Na mesma linha de raciocínio, no site https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/16451216022012 Introducao_a_Administracao_Aula_2.pdf encontra-se a descrição de planejamento como a etapa em que "ocorre a definição de objetivos, metas e prazos a serem observados no processo produtivo, sejam de bens ou de serviços".

Corroborando esse entendimento, o site https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento, destaca que "o planejamento expresso no Plano Plurianual assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais".

De fato, é na fase do planejamento que as organizações, inclusive públicas, estabelecem seus objetivos e metas, conforme previsto no seguinte texto da Constituição Brasileira vigente:

Art.165 (…)

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Logo, resta claro que, seja no setor público, seja no privado, o estabelecimento de metas para se alcançar determinados objetivos se faz na fase de planejamento.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 35 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital nº 001/2025, publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, no item "8. Inovações introduzidas pela Constituição de 1988: agências executivas; serviços essencialmente públicos e serviços de utilidade pública; delegação de serviços públicos a terceiros; agências reguladoras; convênios e consórcios".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "autarquias especiais". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Indiscutivelmente, as agências reguladoras são autarquias em regime especial. Tal afirmação é feita no glossário do Manual de Comunicação do Senado Federal:

"Agências reguladoras: Instituídas sob a forma de autarquias de regime especial, são agências destinadas a regulamentar, controlar e fiscalizar a execução de serviços públicos transferidos para o setor privado por intermédio de concessões, permissões etc. Exemplos: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional do Petróleo ANP". (https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/agencias-reguladoras#:~:text=Institu%C3%Addas%20sob%20a%20forma%20de,interm%C3%A9dio%20de%20concess%C3%B5es%2C%20permiss%C3%B5es%20etc.).

Essa afirmação está fundamentada em leis federais que criaram as diversas agências reguladoras no Brasil, a saber:

(1) LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996:

Art.1º É instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

(2) LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999:

Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional.

(3) LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000.

Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos e de instituir normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 36 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "órgão da administração centralizada". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

A estrutura administrativa do Governo do Estado do Ceará encontra-se bem definida na LEI ESTADUAL Nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. O art.6º da referida lei separa os órgãos e entidades da Administração estadual em Direta e Indireta.

No Direito Administrativo brasileiro, a "Administração Direta" e a "Indireta" são sinônimos de Administração Centralizada e Descentralizada, respectivamente.

A Administração Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. (Ver art.4º, II, do Decreto-lei nº 200/67 e o art.6º, II, da Lei Estadual cearense nº 16.710/2018).

Cabe esclarecer que a Polícia Militar não se enquadra em nenhum desses 04 (quatro) tipos ou espécies de entidades mencionadas no texto legal. Observe no texto da referida lei estadual que "a Polícia Militar integra a Administração Pública Direta ou Centralizada e é desprovida de personalidade jurídica própria, razão pela qual é classificada como órgão e não como entidade".

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 37 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

Segundo o Gabarito Preliminar, a resposta correta é a que contém o texto: "gestão de contratos".

Contudo, a resposta correta teria de ser "gestão de projetos", que não se encontra entre as opções de resposta nem é contemplada diretamente no Conteúdo Programático constante no Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 4 de abril de 20025, em seu ANEXO I.

Ante o exposto, recomendamos ANULAR a questão, tendo em vista que nenhuma das 5 (cinco) opções, apresentadas é verdadeira.

Conclusão da Banca: Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

Questão 38 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta correta a opção cujo texto é: "planejamento estratégico", que consta no Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 4 de abril de 20025, em seu ANEXO I, item "6. Planejamento estratégico" sob o título NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO do Conteúdo Programático.

Quanto à definição de Planejamento Estratégico, na página de internet do Governo Federal, ele é descrito como "uma ferramenta de gestão que estabelece um plano para direcionamento da organização em um período determinado."

(https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-eprogramas/governanca/planejamento-estrategico#:~:text=O%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20%C3%A9%20uma, estrat%C3%A9gias%20de%20alcance%20desses%20objetivos.).

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 39 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Impessoalidade". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio dos textos jurídicos a seguir:

"O princípio da impessoalidade compreende a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica" (https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista42/Revista42_130.pdf).

"O princípio da impessoalidade, de acordo com a Carta Magna em vigor, tem como principal objetivo a igualdade de tratamento para todos os indivíduos que compõe uma sociedade, portanto não deve haver discriminação ou preconceito no atendimento de todos os cidadãos." (https://revistaft.com.br/os-principios-da-administracao-publica-de-acordo-com-a-constituicao-federal-do-brasil/).

"O princípio da impessoalidade implica, portanto, que à Administração Pública é vedado que sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros, ou prejudicados alguns em detrimento de outros. Em outras palavras, o princípio da impessoalidade visa dar tratamento de igualdade ou isonomia (igualdade perante a lei: "todos são iguais perante a lei" – art. 5º, caput, CF; ver também BANDEIRA DE MELLO, 2006; MIRANDA, 2008). A expressão "impessoalidade" indica que a Administração Pública não deve favorecer nenhuma pessoa em particular e sim deve dirigir-se à sociedade em geral. Como regra, portanto, deve ser dado tratamento igual "não podendo a Administração Pública, evidentemente, estabelecer tratamentos diferenciados, beneficiando determinadas pessoas ou empresas" (Madeira, 2014, p. 56).

(https://www.sabedoriapolitica.com.br/administra%C3%A7%C3%A3o-publica/principios/impessoalidade/).

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 40 (Noções de Administração Pública/Ética no Serviço Público):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, no item "8. delegação de serviços públicos a terceiros".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "concessão".

Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Sobre o tema "concessão", em 16/02/2022, o Governo Federal publicou a seguinte matéria: https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/contratos-de-concessao-e-permissao.

Contratos de Concessão e Permissão:

Os contratos de concessão assinados entre a ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores.

Geração

As novas concessões de geração são outorgadas mediante procedimento licitatório por até 35 anos, não havendo previsão de prorrogação conforme estabelece as Leis nº 8.987/95 e 9.074/95.

Transmissão

Os contratos de transmissão são firmados com duração de 30 anos e suas cláusulas estabelecem que, quanto mais eficiente as empresas forem na manutenção e na operação das instalações de transmissão, evitando desligamentos por qualquer razão, melhor será a sua receita.

Distribuição

Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Direito Constitucional (questões 41 a 52)

Questão 41 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 4 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, consta o item 1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais e direitos políticos. Resta claro, portanto, que a matéria cobrada nesta questão estava, sim, prevista no edital do presente certame.

Para comprovar que a única opção certa é a indicada no Gabarito Preliminar, seguem abaixo os dispositivos constitucionais que foram utilizados na elaboração da presente questão:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III - iniciativa popular.

Observe que, segundo a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, que consiste no pleno direito de votar e ser votado, direta e secretamente. Na sequência, o referido texto constitucional diz que o exercício desse direito dar-se-á por meio de plebiscito, referendo ou iniciativa popular.

Vimos, portanto, que a opção indicada no Gabarito Preliminar é a única que complementa o enunciado da questão, gerando um texto exatamente igual ao caput do artigo 14 da Constituição Federal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 42 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto I, II, III e V apenas.

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a única opção certa é a indicada no Gabarito Preliminar.

> Art.5º (...)
>
> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (veja item I da questão);
>
> XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar (Veja item II da questão);
>
> LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião (Veja item III da questão);
>
> LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária (Veja item IV da questão);
>
> LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal (Veja item V da questão);

Note-se que o item IV da questão está em desacordo com o inciso LXV do art.5º da CF, razão pela qual a única opção certa é a indicada no Gabarito Preliminar.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 43 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "mas, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade".

Os dispositivos constitucionais a seguir comprovam que a única resposta certa é a indicada no Gabarito Preliminar.

> Art.14 […]
>
> § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
>
> I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
>
> II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Observe-se o que segue.

A opção "mas, se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade" está em desacordo com o inciso I;

A opção que contém o texto "mas, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior" está em desacordo com o inciso II.

As opções que apresentam os textos "devendo ser compulsoriamente aposentado, na data da posse no cargo eletivo" e "podendo ser voluntariamente aposentado, após o encerramento do seu mandato eletivo" estão em desacordo com os incisos I e II.

A junção da afirmação contida na opção que apresenta o texto "mas, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade" com o enunciado da questão está plenamente de acordo com a segunda parte do inciso II.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 44 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "Poder Legislativo Municipal".

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a opção indicada no gabarito preliminar é a correta.

> Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
>
> § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Esclareça-se que o 1º parágrafo do referido artigo reforça que o controle externo das administrações municipais será exercido pela respectiva Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas estadual ou Tribunal de Contas Municipal, onde houver.

Esclarecemos também que somente os municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro têm seu próprio Tribunal de Contas, para auxiliar o controle externo, a cargo do Legislativo Municipal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 45 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que apresenta o texto "privativa da União".

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a opção do gabarito preliminar é a correta.

> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
>
> IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 46 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a que apresenta o trecho "é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal".

O dispositivo constitucional listado a seguir ratifica que a opção do gabarito preliminar é a correta.

> Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 47 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar elenca, como resposta correta, a opção que contém o texto "Senado Federal".

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, constam os itens 1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais e direitos políticos e 5. Poder Judiciário: disposições gerais e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Resta claro, portanto, que o conteúdo cobrado nesta questão estava previsto no edital do presente certame.

No entanto, a Constituição Federal, em seu art.102, inciso I, alínea "c", afirma que a competência para processar e julgar os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes de responsabilidade, é do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
>
> I - processar e julgar, originariamente:
>
> c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

Observe-se que a competência conferida no art.52, I, do texto constitucional ao Senado Federal é uma ressalva (exceção) à regra prevista no art.102, I, "c".

Ante o exposto, recomendamos ALTERAR O GABARITO PRELIMINAR de "Senado Federal" para "Supremo Tribunal Federal".

Conclusão da Banca: Alteração do gabarito preliminar de "Senado Federal" para "Supremo Tribunal Federal".

Questão 48 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "dos Ministros de Estado".

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a resposta indicada no gabarito preliminar é a correta.

> Art. 87. (...)
>
> Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:
>
> II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 49 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "Ministério Público".

O dispositivo constitucional listado a seguir ratifica que a opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

> Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 50 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que apresenta o texto "advogar no tribunal do qual se afastou, após decorridos três anos de sua aposentadoria".

A Constituição Federal impõe aos juízes, dentre outras, as seguintes vedações (proibições):

> Art.95 (...)
>
> "I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério" (Veja as opções "C" e "D");
>
> II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo (Veja a opção "E");
>
> III - dedicar-se à atividade político-partidária (Veja a opção "B").
>
> V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Observe-se que, segundo a Constituição Federal, passados três anos de afastamento do cargo, em decorrência de aposentadoria ou exoneração, a proibição contida inciso V deixará de existir.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 51 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a que contém o texto "Chefe do Poder Executivo Federal".

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

> Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República,
>
> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 52 (Noções de Direito Constitucional):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "será transferido para a reserva".

Os dispositivos constitucionais listados a seguir ratificam que a opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

> § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
>
> I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
>
> II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Direitos Humanos (questões 53 a 62)

Questão 53 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "indutor e garantidor".

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, consta o item 1. Conceito e fundamentação. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado. Resta claro, portanto, que a matéria cobrada nesta questão estava prevista no edital do presente certame.

Sobre o tema, esclareça-se que, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná enfatiza o papel do estado no campo dos direitos humanos. Vejamos:

> Coordenadora do Departamento de Justiça e Direitos Humanos da Sejuf, Maria Eduarda Fonseca destacou a importância da atuação do Estado nessa área. "Como indutor, o Estado tem o dever de implementar políticas públicas educativas e culturais destinadas a toda a população, para promover a conscientização sobre direitos e deveres. Já como garantidor, cabe a atribuição de elaborar leis que repercutam e garantam a Declaração Universal dos Direitos Humanos", arremata.
>
> https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Com-programas-intersetoriais-Estado-tem-acoes-que-garantem-protecao-dos-direitos-humanos#:~:text=%E2%80%9CComo%20indutor%2C%20o%20Estado%20tem,dos%20Direitos%20Humanos%E2%80%9D%2C%20arremata.

Corrobora com esse entendimento:

> Qual o papel do Estado no campo dos Direitos Humanos?
>
> O Estado tem, pelo menos, dois importantes papéis no campo dos direitos humanos: indutor e garantidor.
>
> Como indutor deve sentir-se obrigado a implementar políticas públicas educativas e culturais destinadas a socializar entre a nação a consciência moral de direitos e deveres.
>
> Como garantidor, não pode eximir-se de elaborar leis que repercutam a declaração universal dos direitos humanos, de fornecer sistema de justiça imparcial e rápido à toda a população e de implementar políticas públicas que garantam qualidade de vida social, cultural, educacional, econômica, sanitária, civil e política a todos, sem privilégios ou discriminações.
>
> https://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cartilha_balestreri/qual_papel.htm#:~:text=O%20Estado%20tem%2C%20pelo%20menos,moral%20de%20direitos%20e%20deveres.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 54 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "constitui crime de tortura, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa".

A norma legal listada a seguir ratifica que a opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

> LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 (Define os crimes de tortura e dá outras providências):
>
> Art. 1º Constitui crime de tortura:
>
> I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
>
> c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 55 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a que contém o texto "física, moral, patrimonial, psicológica e sexual".

No conteúdo programático do certame, consta, no componente de Direitos Humanos, o excerto 1. Conceito e fundamentação. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado. Direitos Humanos na CRFB/88. Política Nacional de Direitos Humanos. Violências de gênero. Violência doméstica. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/16).

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única alternativa correta

> LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006
>
> Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
>
> I - a violência física, (...)
>
> II - a violência psicológica, (...)
>
> III - a violência sexual, (...)
>
> IV - a violência patrimonial, (...)
>
> V - a violência moral, (...)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/Uece.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 56 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a que contém o texto "bienal".

A norma legal listada a seguir comprova que a alternativa indicada no gabarito preliminar é a única correta.

> DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências)
>
> Art. 3º As metas, prazos e recursos necessários para a implementação do PNDH-3 serão definidos e aprovados em Planos de Ação de Direitos Humanos bianuais.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 57 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

Segundo o Gabarito Preliminar, a opção correta é a que contém o texto "1 a 4 anos de reclusão".

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, consta o item 1. Conceito e fundamentação. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado. Direitos Humanos na CRFB/88. Política Nacional de Direitos Humanos. Violências de gênero. Violência doméstica.

Resta claro, portanto, que a matéria cobrada nesta questão estava, sim, prevista no edital do presente certame.

O crime de violência doméstica, expressamente, está previsto no Código Penal brasileiro. Vejamos.

> Art.129 (...)
>
> Violência Doméstica
>
> § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:
>
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Em que pese a presente questão ter sido fundamentada nos dispositivos legais supra, a inclusão da palavra "leve" no seu enunciado não encontra respaldo na lei penal, razão pela qual, ante a ausência de resposta certa, a referida questão deve ser anulada.

Ante o exposto, recomendamos anular a questão tendo em vista que nenhuma das 5 (cinco) opções, referentes a tal questão, é verdadeira. (...)

Conclusão da Banca: Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

Questão 58 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "reclusão de 2 a 5 anos e multa".

A norma legal listada a seguir comprova que a alternativa indicada no gabarito preliminar é a única correta.

> LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006
>
> Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:
>
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 59 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

Segundo o Gabarito Preliminar, a resposta certa seria a opção que contém o texto "I, II, III, apenas".

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, constam os itens Racismo. Racismo institucional. Estatuto da Igualdade Racial. e Homofobia, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e o crime de racismo.

Resta claro, portanto, que a matéria cobrada nesta questão estava prevista no edital do presente certame.

Sobre o tema, em 13/05/2022, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal divulgou, em sua página da internet, a matéria intitulada Homofobia pode ser enquadrada como crime de racismo, disponível no link https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/homofobia-pode-ser-enquadrada-como-crime-de-racismo.

No mesmo sentido, em 26/06/2025, o Tribunal de Justiça de Minas Geral divulgou, em matéria veiculada em sua página da internet, o trecho a seguir:

> Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que atos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero devem ser enquadrados na Lei do Racismo. Em decisão mais recente, o STF ampliou essa proteção, enquadrando o crime também como injúria racial.

E o próprio STF, em 13 de junho de 2019, divulgou, em seu site, a seguinte notícia: "STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa". Segue trecho da referida decisão:

> ADO 26/DF
>
> 1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, "in fine");

Logo, estão corretos os itens I, II e III descritos na Questão 59.

Em 21/01/2025, o Ministério Público Federal divulgou, em seu site, a seguinte matéria:

> Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa
>
> A intolerância religiosa é crime tipificado pela Lei nº 7.716/1989. Seu artigo 20 prevê pena de reclusão de um a três anos e multa para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de religião.

Segue o dispositivo legal citado acima:

> Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

E PUC-Rio divulgou, em seu site, a seguinte matéria, disponível em https://diversidade.jur.puc-rio.br/intolerancia-religiosa/.

> A intolerância religiosa, atualmente no Brasil, pode ser tipificada como crime de racismo, segundo a Lei nº. 7.716/1989 (Lei Caó), em sua quarta versão, no Art. 140, § 3º, do Código Penal, e no Art. 208 da mesma legislação: Ofender alguém com xingamentos relativos à sua raça, cor, etnia, religião ou origem (Art. 140 do Código Penal (injúria), com a qualificadora do § 3º – Pena: um a três anos de reclusão) (CÓDIGO PENAL, art. 140). Essa Lei ficou conhecida também como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. A legislação define como crime o ato de "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional" (LEI CAÓ, art. 20). A Lei não só prevê multa e punição para o crime de racismo, como também tipifica o crime de racismo igualando à discriminação por religião (intolerância religiosa).

E o Ministério Público de Minas Gerais divulgou em seu site a seguinte matéria:

> O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) denunciou uma mulher de 43 anos, moradora de Governador Valadares, pela prática e pela incitação de intolerância religiosa, por meio de publicação em rede social (art. 20, § 2º, da Lei n° 7.716/1989).

E, no mesmo sentido, em 21 de janeiro de 2022, a Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará divulgou a seguinte matéria:

> Intolerância Religiosa: como denunciar
>
> Para além da fé individual, a diversidade religiosa agrega tradições, saberes, crenças e resistência. Seja por preconceito ou falta de conhecimento sobre as ações e origens, a justificativa para casos de intolerância religiosa é quase sempre nula. Nesta sexta-feira (21), quando é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) ressalta o debate sobre o respeito à liberdade de crenças e lembra como e onde casos de intolerância religiosa podem ser denunciados."
>
> (...)
>
> "No Brasil, a legislação define como crime a prática, indução ou incitação ao preconceito de religião, bem como de raça, cor ou etnia pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997. A pena é de reclusão de dois a cinco anos e multa. O enfrentamento aos casos de intolerância religiosa é realizado dentro da política de Promoção da Igualdade Racial, em articulação com vários setores.

Diante de tais informações, comprova-se correta também a assertiva contida no item IV (intolerância religiosa) da Questão 59.

Por tais razões, recomenda-se ALTERAR O GABARITO PRELIMINAR da resposta correspondente a I, II e III para a resposta correspondente a I, II, III e IV.

Conclusão da Banca: Alteração do gabarito preliminar da resposta correspondente a I, II e III para a resposta correspondente a I, II, III e IV.

Questão 60 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "desigualdade de gênero e raça".

A norma legal listada a seguir comprova que a alternativa indicada no gabarito preliminar é a única correta.

> LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. (Institui o Estatuto da Igualdade Racial).
>
> Art.1º (...)
>
> Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:
>
> III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 61 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “I, II, IV e V”.

A norma legal listada a seguir comprova que a alternativa indicada no gabarito preliminar é a única correta.

> LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
>
> Art.2º (...)
>
> § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
>
> I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
>
> II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
>
> III - a limitação no desempenho de atividades; e
>
> IV - a restrição de participação.

Comparando os itens da questão com os incisos do referido artigo, constata-se que o item III (os níveis de escolaridade atingidos) é o único que não aparece no texto legal.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 62 (Noções de Direitos Humanos):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “nome social”.

A norma legal listada a seguir comprova que a alternativa indicada no gabarito preliminar é a única correta.

> Resolução Nº 270, de 11/12/2018 do Conselho Nacional de Justiça:
>
> Art. 1º (...)
>
> Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar (questões 63 a 74)

Questão 63 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “crime tentado”.

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, consta o item 2. Crime.

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única alternativa correta é a indicada no gabarito preliminar.

> DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)
>
> Art. 30. Diz-se o crime:
>
> II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 64 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “não fica excluída a imputabilidade do agente”.

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única alternativa correta é a indicada no gabarito preliminar.

> DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)
>
> Art.48 (...)
>
> Parágrafo único. Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, não fica excluída a imputabilidade, (...)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 65 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “definidos na lei penal comum ou especial, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado”.

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única alternativa correta é a indicada no gabarito preliminar.

> DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)
>
> Art.10. Consideram-se crimes militares, em tempo de guerra:

IV - os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 66 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "coautor".

No Edital publicado na página 153 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, conteúdo programático, consta os itens 2. Crime.; 9. Crimes militares em tempo de paz. 10. Crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares. 11. Crimes contra a pessoa. 12. Crimes contra o patrimônio. 13. Crimes contra a administração militar. 14. Crimes em tempo de guerra.

Resta claro, portanto, que a matéria cobrada nesta questão estava, sim, prevista no edital do presente certame.

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única alternativa correta é a indicada no gabarito preliminar.

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)

TÍTULO IV

DO CONCURSO DE AGENTES

Coautoria (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

Art. 53. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

Esclareça-se que o Código Penal Militar faz referência ao termo "partícipe" apenas uma vez, veja:

Art.182 (...)

Responsabilidade de partícipe ou de oficial

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem participa do amotinamento ou, sendo oficial e estando presente, não usa os meios ao seu alcance para debelar o amotinamento ou evitar-lhe as consequências.

Sobre os concursos material e formal, o Código Penal Militar assim dispõe:

Concurso material (Incluído pela Lei nº 14.688, de 2023)

Art. 79. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se-lhe cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)

Concurso formal (Incluído pela Lei nº 14.688, de 2023)

Art. 79-A. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) até metade. (Incluído pela Lei nº 14.688, de 2023)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 67 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto "indignidade para o oficialato".

A norma legal listada a seguir comprova que a única resposta correta é a indicada no gabarito preliminar.

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)

Art. 100. Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou cobardia, ou em qualquer dos definidos nos arts. 161, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de anulação e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 68 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que apresenta o texto "tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pelo crime".

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)

CAPÍTULO IV

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

Art. 89. O condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que:

II - tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pelo crime;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido de alteração do gabarito e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 69 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta certa a opção que contém o texto “detentivas e não detentivas”.

A norma legal apresentada a seguir comprova que a única opção correta é a indicada no gabarito preliminar.

> DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. (Código Penal Militar)
>
> Art.110 (...)
>
> § 1º As medidas de segurança pessoais subdividem-se em:
>
> I – detentivas: compreendem a internação em estabelecimento de custódia e tratamento ou em seção especial de estabelecimento penal; (Incluído pela Lei nº 14.688, de 2023)
>
> II – não detentivas: compreendem o tratamento ambulatorial, a interdição de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 70 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como resposta correta a opção cujo texto é: “para o efeito da aplicação da lei penal, o militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e as prerrogativas do posto ou graduação, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar”, que está em conformidade com o Art.13 do Código Penal militar, tornando-a, assim, a única opção que completa corretamente o enunciado.

O Art. 13 do Código Penal Militar tem a seguinte redação: “O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar”.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 71 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta a opção cujo texto é “revolta”.

A norma legal, de acordo com o Código Penal Militar, que foi utilizada na elaboração da presente questão é a seguinte:

> TÍTULO II - DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR
>
> CAPÍTULO I - DO MOTIM E DA REVOLTA
>
> Art. 149. Reunirem-se militares:
>
> I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;
>
> Revolta
>
> Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:
>
> Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 72 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR / PROCESSO PENAL MILITAR, nos itens 2, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Segundo o Gabarito Preliminar, a resposta correta é a opção cujo texto é “propriamente militar”, contudo, após exame, verificou-se que o item correto deve ser aquele cujo texto é “impropriamente militar”.

Sobre esse tema, é imprescindível esclarecer que:

“Os crimes militares são classificados em crimes propriamente militares e impropriamente militares, onde a classificação doutrinária simplifica de forma objetiva que crime propriamente militar é aquele que somente o militar pode cometer (deserção, por exemplo), bem como outros tipos penais, como os crimes previstos no art. 163 do Código Penal Militar – CPM – (Recusa de Obediência,) já que, ao civil, não caberia tal enquadramento, o tipo previsto no art. 175 do CPM (Praticar violência contra inferior), ou o crime do art. 195 (abandono de posto), pois o civil não teria como praticar tais delitos, mas somente o militar da ativa. (https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crimes-militares-proprios-e-improprios/192660754)

“[...] a doutrina brasileira basicamente estabelece que duas são as espécies de crimes militares, os crimes propriamente militares, que são aqueles que se encontram previstos apenas e tão somente no Código Penal Militar, como, por exemplo, a deserção, a insubmissão, o motim, o desacato a superior, entre outros, e os crimes impropriamente militares, que são aqueles que se encontram previstos tanto no Código Penal Brasileiro como também no Código Penal Militar, como exemplo, o furto, o roubo, a lesão corporal, o homicídio, a corrupção, a concussão, entre outros”(ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar comentado artigo por artigo: parte geral. Belo Horizonte: Líder, 2009, p. 32.)

O Manual de Direito Penal Militar, em sua 7ª edição, lançado em 2023, pela Editora jusPodivm, ao tratar dos crimes impropriamente militares ou acidentalmente militares, diz que “Em contraposição, os crimes comuns em sua natureza, praticáveis por qualquer pessoa, civil ou militar, são os chamados impropriamente militares. Como exemplo podemos citar o homicídio de um militar praticado por outro militar, ambos em situação de atividade (art. 9º, II, a, c/c o art. 205)”, in verbis:

Art.9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:

a) por militar da ativa contra militar na mesma situação;

b) por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil;

Art. 205. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Por tais razões, recomendamos ALTERAR O GABARITO PRELIMINAR para a opção cujo texto é “impropriamente militar”.

Conclusão da Banca: Alteração do gabarito preliminar da opção “propriamente militar” para “impropriamente militar”.

Questão 73 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “excesso de exação”.

Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Militar:

> TÍTULO VII - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR
>
> CAPÍTULO III - DA CONCUSSÃO, EXCESSO DE EXAÇÃO E DESVIO
>
> Excesso de exação
>
> Art.306. Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 74 (Noções de Direito Penal Militar/Processo Penal Militar):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “estelionato”.

Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Militar:

> CAPÍTULO IV - DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES
>
> Estelionato
>
> Art.251. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento:

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Direito Penal/Processual Penal (questões 75 a 86)

Questão 75 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, no item 1. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “anterioridade da lei”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Brasileiro:

> DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940
>
> PARTE GERAL TÍTULO I - DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
>
> Anterioridade da Lei
>
> Art. 1º- Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 76 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “juiz das garantias”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Brasileiro:

> DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)
>
> Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 77 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é “inquérito policial”. Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Brasileiro:

> DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

TÍTULO II - DO INQUÉRITO POLICIAL

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995)

"Disciplinado, em especial, nos artigos 4º a 23 do Código de Processo Penal (CPP), o inquérito policial tem por finalidade subsidiar o oferecimento da denúncia ou da queixa pelo titular da ação penal e tem sido classificado como peça de natureza administrativa." (https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12022023-O-inquerito-policial-segundo-o-STJ-respeito-aos-direitos-e-as-garantias-fundamentais.aspx).

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 78 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo desta questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, no item 8. O habeas corpus e seu processo.

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "salvo-conduto".

Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do seguinte:

(1) Em matéria publicada em seu site, datada de 21/05/2021, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal esclarece que: "O habeas-corpus é considerado um remédio constitucional, ou seja, um instrumento processual para garantir a liberdade de alguém, quando a pessoa for presa ilegalmente ou tiver sua liberdade ameaçada por abuso de poder ou ato ilegal". Apesar de estar previsto no artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal de 1988, a maioria das regras e normas sobre o habeas-corpus podem ser encontradas nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

Dos textos legais podemos concluir que são cabíveis dois tipos de habeas-corpus:

1) Repressivo, caso mais comum nos tribunais, ajuizado quando a prisão ilegal já ocorreu; e,

2) Preventivo, também chamado de "salvo-conduto", para evitar que a coação ilegal da liberdade aconteça.

(2) O salvo-conduto:

Tratando-se de habeas corpus preventivo, se concedido, será expedido um salvo-conduto, assinado pela autoridade competente. Salvo-conduto, do latim salvus (salvo) conductus (conduzido), dá a precisa ideia de uma pessoa conduzida a salvo. Daí a expressão salvo-conduto para exprimir o documento emitido pela autoridade que conheceu do habeas corpus preventivo, visando a conceder livre trânsito ao seu portador, de molde a impedir-lhe a prisão ou detenção pelo mesmo motivo que ensejou o pedido de habeas corpus.

(https://www.dhnet.org.br/dados/lex/acesso/judiciario/habeascorpus/cartilhaacoesjuridicas.html).

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)

Art. 660 (...)

§4º Se a ordem de habeas corpus for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 79 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "juiz natural". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Em 21/06/2020, o Superior Tribunal de Justiça publicou em seu site a seguinte matéria:

Princípio do juiz natural, uma garantia de imparcialidade

O princípio do juiz natural – consagrado em todas as constituições brasileiras, exceto na de 1937 – constitui uma garantia de limitação dos poderes do Estado, que não pode instituir juízo ou tribunal de exceção para julgar determinadas matérias nem criar juízo ou tribunal para processar e julgar um caso específico.

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. E acrescenta: "XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção"; "LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente"

Em 01/12/2017, o Conselho Nacional de Justiça publicou, em seu site, a seguinte matéria:

No Brasil, todas as constituições, exceto a de 1937, previam o princípio do juiz natural. O entendimento proíbe a criação de tribunais extraordinários (de exceção) e a transferência de causa para outro tribunal.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 80 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "10 dias, contados da data em que se executar a ordem de prisão". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código de Processo Penal:

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)

Art.10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 82 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, no item "4. Ação Penal".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "o direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código Penal Brasileiro:

> DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940
>
> Art. 104 - O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 83 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "preventiva". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código de Processo Penal:

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 84 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta a opção que contém a seguinte sequência: "V, V, F, V, V". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio das seguintes normas legais previstas na Lei Nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

> LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989. (Dispõe sobre prisão temporária)
>
> Art. 2° A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
>
> § 2° O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.
>
> § 4º O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no caput deste artigo, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. (Incluído pela Lei nº 13.869. de 2019)
>
> § 5° A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 85 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "liberdade provisória". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código de Processo Penal:

> DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)
>
> Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, (…)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 86 (Noções de Direito Penal/Processual Penal):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "crimes de responsabilidade praticados por funcionários públicos". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal prevista no Código de Processo Penal:

> DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)
>
> TÍTULO II - DOS PROCESSOS ESPECIAIS
>
> CAPÍTULO II - DO PROCESSO E DO JULGAMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
>
> Art..513. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

Comprova-se, também, a inexatidão das demais opções de resposta pelos seguintes dispositivos legais:

> DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. (Código de Processo Penal)

Art.1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

II- as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade;

III - os processos da competência da Justiça Militar;

IV - os processos da competência do tribunal especial.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Noções de Criminologia (questões 87 a 94)

Questão 87 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA, no item "5. O crime como fenômeno isolado: estudo do homicídio".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "privilegiado". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Sobre o tema abordado na questão, em 11/04/2015, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal divulgou a seguinte matéria:

O homicídio privilegiado ocorre quando a pessoa que matou alguém age por razões específicas que diminuem a gravidade do seu comportamento aos olhos da lei.

O artigo 121, § 1º, do Código Penal brasileiro prevê duas situações para essa diminuição:

1. Motivo social ou moral relevante

Nesse caso, a pessoa comete o crime por uma razão considerada importante moralmente ou pela sociedade. Por exemplo, quando alguém pratica eutanásia, ou seja, causa a morte de um paciente terminal, a pedido do paciente para aliviar um sofrimento muito grande e incurável.

2.Sob emoção violenta após provocação injusta

Nessa hipótese, quem mata está tomado por uma forte emoção causada pela provocação injusta da própria vítima. Como exemplo, podemos citar um pai e um filho que foram sequestrados. O pai, ao ser provocado vendo seu filho ser torturado, tira a vida do sequestrador tomado pela ira e dor.

Em ambos os casos, depois de reconhecida pelo Tribunal do Júri, o juiz deve aplicar a redução de pena, que pode variar de um sexto até um terço, conforme as circunstâncias. Ou seja, se o acusado preencher os requisitos, a lei lhe garante esse benefício.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 88 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "polícias militares". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma constitucional prevista na Constituição Federal vigente:

Constituição Federal:

Art.144 (...)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 89 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA, no item "2. Instituições sociais relacionadas com o crime: as Polícias, o Poder Judiciário, o Ministério Público, os sistemas penitenciários etc".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Colônia Agrícola". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma prevista no Código Penal Brasileiro:

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (Código Penal brasileiro)

Regras do regime semiaberto

Art. 35 - Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, caput, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Com base neste dispositivo legal, ao longo dos anos, foram criados vários estabelecimentos penais, tais como:

(1) Colônia Penal Agrícola do Paraná;

(2) Colônia Penal Agrícola "Dr. João Chaves" de Macaíba/ RN;

(3) Colônia Penal Agrícola de Palhoça-SC;

(4) Colônia Penal Agrícola Desembargador Urbano Salles-SC;

(5) Colônia Penal Agrícola – Charqueadas – RS;

(6) Colônia Penal Agrovila das Palmeiras – MT;

(7) Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel – PR;

(8) Colônia Agrícola Penal Ênio dos Santos Pinheiro - RO;

(9) Colônia Penal Agrícola de Campo Grande – MT;

(10) COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ;

(11) Colônia Penal Industrial "Paracelso de Lima Vieira Jesus" – MS;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 90 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Conselho Penitenciário". Contudo, em que pese ter-se constado a expressão "etc", ao final do item 2 (Instituições sociais relacionadas com o crime: as Polícias, o Poder Judiciário, o Ministério Público, os sistemas penitenciários etc.) do conteúdo programático constante no edital que rege o certame, sob o título NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA, o Conselho Penitenciário, elencado no art.61 da Lei de Execução Penal, como sendo um dos órgãos da execução penal, não é considerado uma instituição social relacionada com o crime. Ou seja, de fato, o conteúdo cobrado na presente questão extrapolou o edital do certame, razão pela qual, como medida de Justiça, ela deve ser anulada.

Ante o exposto, recomenda-se ANULAR a questão tendo em vista que na sua elaboração foi usado conteúdo que não consta no programa da disciplina na qual tal questão faz parte.

Conclusão da Banca: Pelas razões expostas, recomendamos ANULAR a questão em virtude de NÃO existir opção verdadeira.

Questão 91 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "de reclusão". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma constitucional, prevista na Constituição Federal vigente:

> Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:
>
> Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 92 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "organização criminosa". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma constitucional, prevista na Constituição Federal vigente:

Constituição Federal:

> Art.5º (…)
>
> XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
>
> XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 93 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "nato". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Trata-se de uma questão doutrinária. Veja:

CLASSIFICAÇÃO DE CESARE LOMBROSO E DE ENRICO FERRI - Dada a similaridade das classificações propostas por tais autores da Escola Positiva, elas serão abordadas em conjunto, destacando-se cinco espécies de criminosos: 4.1. Criminoso nato - A expressão "criminoso nato" foi inicialmente concebida por Enrico Ferri, porém ganhou ampla difusão com Lombroso. O criminoso nato, considerado um indivíduo degenerado, é geneticamente determinado à delinquência, podendo ser identificado a partir de seus "caracteres físicos e fisiológicos, como o tamanho da mandíbula, a conformação do cérebro, a estrutura óssea e a hereditariedade biológica, referida como atavismo" (LOMBROSO, 2007, p. 195). Além disso, caracteriza-se pela debilidade do senso moral (analgesia ou hipalgesia física), precocidade e recidiva, sendo o criminoso com maior grau de periculosidade. A esse conceito também foi agregado o epiléptico. (https://juspodivmdigital.com.br/cdn/pdf/JUS3616-Degustacao.pdf).

A TEORIA DO CRIMINOSO NATO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:

Ademais, no que diz respeito às características psíquicas do criminoso nato, estariam presentes a insensibilidade moral, impulsividade, vaidade, preguiça, cinismo, imprevidência, inclinação a realizar tatuagens no próprio corpo e infantilidade. (file:///C:/Users/David.matos/Downloads/681-Texto%20do%20artigo-642-1312-10-20190607.pdf)

Como já destacado, CESARE LOMBROSO foi o iniciador da Escola Positiva, pai da Antropologia Criminal. O médico psiquiatra italiano defendeu a tese do criminoso nato, um indivíduo que, segundo ele, possui traços e características próprias. O criminoso nato teria anomalias cerebrais que o tornavam, determinantemente, um criminoso. Indivíduos portadores de certas moléstias no cérebro, fatalmente, cometeriam crime, nada os impedindo na sua

conduta criminosa. (https://inverbis.com.br/wp-content/uploads/2020/02/01-CAUSAS-DA-DELINQUENCIA-UMA-ANALISE-DA-ESCOLA-POSITIVA-DO-DIREITO-PENAL.pdf)

Ante o exposto, recomendamos MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 94 (Noções de Criminologia):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA, no item "2. Instituições sociais relacionadas com o crime: as Polícias, o Poder Judiciário, o Ministério Público, os sistemas penitenciários etc".

Segundo o Gabarito Preliminar, a resposta correta é a opção cujo texto é "repressiva", contudo, após exame, verificou-se que o item correto deve ser aquele cujo texto é "educacionais". A justificativa para alteração do gabarito apoia-se no que segue:

Sobre a ressocialização de presos, consta no site da OAB-MT: "A solução para que a ressocialização se efetive é uma política carcerária que garanta dignidade ao preso em todos os sentidos, desde a prática de atividade física até o acesso ao trabalho profissionalizante. É através da educação e da profissionalização do condenado que se tornará possível oferecer condições para o reingresso no mundo do trabalho e consequentemente no convívio social." (https://www.oabmt.org.br/artigo/1669/o-desafio-da-ressocializacao-do-preso)

"Nem tudo depende da gente. Depende do reeducando, porque ressocialização começa com mostrar que ele tem que participar da própria educação, e depende da sociedade, que não está preparada para acolhê-lo". (https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf).

Para a gerente de educação, juventude e diversidade da Secretaria de Educação, Maria do Carmo Starling de Oliveira, a oferta de educação de jovens e adultos visa a garantir, no espaço escolar dos presídios, a efetiva participação dos internos no processo de construção de conhecimento. "A ressocialização abre oportunidades e oferece cidadania a jovens e adultos privados de liberdade", ressalta a professora, graduada em pedagogia, com pós-graduação em educação. (https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ressocializacao)

Instituto oferece cursos para detentos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, sindicatos patronais e o Tribunal de Justiça, realiza um programa de ressocialização para a população carcerária de Viana. O projeto consiste em oferecer cursos de formação inicial para detentos daquela unidade, e possivelmente em outros municípios do estado, nas áreas da construção civil e indústria metalmecânica. (https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ressocializacao)

Jovens em processo de ressocialização assistidos pela Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac) iniciaram o plantio de sementes para o desenvolvimento de mudas no Centro Educacional (Ceduc) no bairro Pitimbu, em Parnamirim, no Rio Grande do Norte. A atividade integra o curso de horticultor orgânico da Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ), unidade acadêmica especializada em ciências agrárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ressocializacao)

No Distrito Federal, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) tem contribuído para a recuperação social de cidadãos privados de liberdade e melhoria de suas condições de vida. Isso é feito com a oferta de programas de educação, formação profissional e trabalho por meio do Centro de Formação Profissional, no Centro de Internamento e Reeducação da Papuda. Desde a criação do centro, em 2010, foram capacitados 664 detentos.

Os cursos profissionalizantes resultam de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do Distrito Federal e com a Secretaria do Trabalho local. Já foram realizados cursos de garçom, pintor de faixas e cartazes, pintor de obras e empreendedorismo. Recentemente, foram acrescentados os cursos de assistente administrativo, assistente de vendas, cabeleireiro, manicure e pedicure, mecânico de motores, mecânico de manutenção de bicicletas, pedreiro de alvenaria, serigrafia, paisagismo, confecção e modelagem de roupas. Participam dos cursos dez turmas de 25 alunos cada uma.

De acordo com a diretora social e educacional da Funap, Denise Laluce Santos Daza, além de promover a ampliação das possibilidades de ressocialização, a capacitação profissional é importante para minimizar a ociosidade dos internos do sistema prisional. Outra vantagem é a remição da pena. Para cada 12 horas de estudo, há redução de um dia na condenação. (https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ressocializacao)

Finalmente, esclarecemos que a Lei de Execução Penal, em seu art.25, inciso I, diz que a assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.

Assim sendo, podemos afirmar que, quando o Poder Público busca a ressocialização de presos, ele está exercendo atividades educativas.

Pelo exposto, recomenda-se ALTERAR O GABARITO PRELIMINAR da opção cuja resposta é "repressivas" para a opção cuja resposta é "educacionais".

Conclusão da Banca: Alteração do Gabarito Preliminar da opção cuja resposta é "repressivas" para a opção cuja resposta é "educacionais".

Segurança Pública (questões 95 a 100)

Questão 95 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Comando do Exército". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte norma legal:

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (Também conhecida como Estatuto do Desarmamento)

Art.3º (...)

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 96 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "interpessoal". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio das seguintes definições:

Discriminação interpessoal ocorre quando uma pessoa é tratada de forma injusta ou com preconceito com base em sua raça por outra pessoa ou grupo de pessoas. (https://direitoshumanos.dpu.def.br/quais-os-caminhos-para-combater-a-discriminacao-racial-no-brasil/#:~:text=Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20interpessoal%3A%20ocorre%20quando%20uma,pessoa%20ou%20grupo%20de%20pessoas.).

A discriminação interpessoal pode ser definida por tratamentos injustos perpetrados contra indivíduos ou grupos sociais específicos, em função de variados marcadores de desigualdade. (https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215657)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 97 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O conteúdo dessa questão está contemplado no Edital publicado na página 153 do Diário Oficial do Estado do Ceará, de 04 de abril de 20025, em seu ANEXO I, sob o título SEGURANÇA PÚBLICA no item "8. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)".

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Conselho Nacional de Justiça". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

O site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) traz a seguinte informação: "O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), criado pela Lei n. 12.106/2009, é a unidade do Conselho Nacional de Justiça responsável por iniciativas relacionadas ao sistema carcerário, à execução penal e à execução de medidas socioeducativas."

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 98 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "Ministério da Justiça e Segurança Pública". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio da seguinte publicação do Governo Federal:

"O Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - Programa ENFOC, um dos eixos do Plano de Ação na Segurança - PAS, recentemente lançado, consiste em um conjunto de ações que tem por objetivo viabilizar uma visão sistêmica das organizações criminosas - Orcrims, gerar integração institucional e informacional entre as redes de enfrentamento das Orcrims, valorizar os recursos humanos das instituições de segurança pública, fortalecer a investigação criminal e a atividade de inteligência a fim de desarticular as Orcrims.

O público-alvo são os integrantes estratégicos e operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelecidos no § 2º do art. 9º da lei 13.675, de 11 de junho de 2018, em especial as polícias judiciárias (investigação).

O programa foi instituído pela portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 499, de 2 de outubro de 2023, (...)".

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 99 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "inafastabilidade da jurisdição". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do que segue:

Conceito de acesso à Justiça:

O inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, sem dúvida, assegura a inafastabilidade da jurisdição ou do acesso à Justiça, definindo que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, na Parte Geral, Livro I Das Normas Processuais Civil, Título único Das Normas Fundamentais e da aplicação das Normas Processuais, Capítulo Das Normas Fundamentais do Processo Civil, no art. 3º, 46 caput, também reproduziu norma idêntica.

Tem-se aí o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou, ainda, o princípio do acesso à justiça. Numa leitura rápida, sem muita meditação, pode-se afirmar que se trata ao acesso ao Poder Judiciário ou o acesso à justiça por meio do processo estatal.

(https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/201/edicao-1/principio-do-acesso-zustica#:~:text=5%C2%B0%2C24%20XXXV%2C%20o,da%20inafastabilidade%20do%20controle%20jurisdicional).

Garantia Constitucional do Acesso à Justiça:

A garantia constitucional do acesso à justiça, também denominada de princípio da inafastabilidade da jurisdição, está consagrada no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal (https://www.jusbrasil.com.br/artigos/garantia-constitucional-do-acesso-a-justica-e-a-efetividade-da-tutela-jurisdicional/111943370).

A garantia constitucional do acesso à Justiça, também denominada de princípio da inafastabilidade da jurisdição, está consagrada no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição e no Código de Processo Civil em seu artigo 3º. (https://www.conjur.com.br/2024-jul-17/da-advocacia-predatoria-e-do-abuso-do-direito-de-acao/)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

Questão 100 (Segurança Pública):

Fundamentação da Banca:

O Gabarito Preliminar indica como única resposta correta desta questão a opção cujo texto é "repressivo". Comprova-se a exatidão desta resposta, por meio do seguinte dispositivo legal:

LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007. (Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências).

Art. 4º São focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o Pronasci:

IV - foco repressivo: combate ao crime organizado. (Redação dada pela Lei Nº 11.707, de 2008)

Ante o exposto, recomenda-se MANTER A RESPOSTA indicada no Gabarito Preliminar divulgado pela CEV/UECE.

Conclusão da Banca: Indeferimento do pedido e recomendação de manter a resposta da questão conforme consta no Gabarito Oficial Preliminar que foi divulgado pela CEV/UECE.

••• ••• •••